



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/2021

Data da Sessão: 26 de fevereiro de 2021

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 19.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Telma Margarida Neves Simões _____

2º Secretário: Joaquim António Graça Rainho _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2021, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município e, através de videoconferência pela plataforma Webex, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -

- **1. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----
- **2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.**-----
- **3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2021 e Grandes Opções do Plano 2021.** -----
- **4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal das Bolsas de Estudo.**-----
- **5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento da Biblioteca Municipal Afonso Duarte.** -----
- **6. Designar, sob proposta do Executivo Municipal, um Presidente de Junta de Freguesia/União de Freguesias representante das Juntas de Freguesia/União de Freguesia do Concelho - criação do Conselho Municipal de Saúde - Lei nº 50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência do exercício de competências para as autarquias locais e para as comunidades intermunicipais - Diploma de âmbito setorial Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de janeiro e Despacho nº 6541-B/2019 de 19 de julho e Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto.**-----
- **7. Proposta de recomendação - Saída de Montemor-o-Velho da empresa intermunicipal ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, apresentada pela CDU.** -----
- **8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.**-----
- **9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.** -----
- **10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Ata n.º 88 da Comissão Municipal de Toponímia – Freguesia de Arazede, Freguesia de Seixo e Freguesia de Pereira.**-----
- **11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2020 e 31/01/2021.**-----
- **12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2020 e 31/01/2021. -----

----- **13. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2020.** -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Presenças – Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Telma Margarida Neves Simões e Joaquim António Graça Rainho. -----

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Ana Cristina da Silva Jorge, António Augusto Santos Torres, Nuno Filipe de Jesus Cardoso, Fernando Pereira Nunes Curto, Maria João Batista Sobreiro, Marcelo Gustavo da Silva Ferreira, Luís António Girão Fonseca, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Tânia Sofia de Jesus Monteiro, Rui Jorge Félix de Almeida, Bruno Miguel Nunes Ferrão, Tiago Dinis Santos Silva, Ruben Emanuel Jorge Soure, Elisa Maria Sá Pinto, Renato Moço Nogueira Ribeiro, em substituição de António Monteiro Saltão e Rui Manuel Salgado Canha Limeiro, em substituição de Francisco José Couceiro Nobre. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Secretária da JF Santo Varão e Secretária da JF Seixo. -----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dulce Maria Melo Ferreira, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Décio António Tinoco Matias e Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal. -----

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à sessão quando eram 15h00m, saudou os presentes e disse: “Temos quórum, vamos dar início à nossa reunião ordinária de hoje da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- No que respeita à ordem de trabalhos, foi introduzido um ponto, o n.º 7, relativamente à convocatória que vos fiz, por solicitação da CDU, do qual foi dado conhecimento a todos. -----

----- Não tendo recebido mais nenhuma proposta de alteração à ordem de trabalhos, considero a ordem de trabalhos aprovada. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia.** -----

----- Como é hábito, permitam-me as recomendações habituais nesta fase de pandemia e que tem a ver, para os que estão em videoconferência, naturalmente terem o microfone

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

desligado e ligá-lo só quando lhe for dada a palavra. A câmara, podem-na ter desligada, mas, devem-na ter ligada no momento das votações para conferirmos a vossa votação e, quando quiserem pedir a palavra, usem a função “bate-papo” que está no vosso ecrã que nós faremos o registo da palavra e depois, dar-vos-emos a palavra. -----

----- Aqui na sala, como é hábito, evitar a circulação, quando for necessário alguma coisa, a nossa colaboradora Senhora D. Elisa Cruz, fará o favor de recolher o que vocês quiserem entregar, bem como no ponto 6., recolherá os votos no momento da votação em urna, dos membros que estão em sala porquanto, quem está por videoconferência, já votou antecipadamente.-----

----- Coloco à votação a aprovação a ata n.º 05/2020 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2020. -----

----- Não havendo nenhuma alteração, a ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2020 foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação das atas os membros que não tenham estado presentes na reunião a que elas respeitam”. -----

----- Temos também a listagem da correspondência recebida e expedida. Chamei particular atenção para uma correspondência recebida, tendo dado particular nota dessa correspondência a todos os membros da Assembleia. Por isso, também já sabem que toda aquela correspondência que recebemos ou expedimos, se assim entenderem, podem consultá-la ou solicitá-la no nosso secretariado da Assembleia.-----

----- Usando a nossa habitual sequência da reunião, eu pedia à nossa colaboradora Senhora D. Elisa Cruz para recolher os documentos que os membros da Assembleia tiverem para entregar à mesa neste ponto da Ordem de Trabalhos nomeadamente, moções, requerimentos e ou recomendações. -----

----- **Os trabalhos foram suspensos durante 2 minutos.** -----

----- **Foram retomados os trabalhos.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Deram entrada três moções.-----

----- Moção apresentada pelo 2.º Secretário, Joaquim Rainho (PS) – Moção de Congratulação de aniversário a diversas associações do concelho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Moção de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) – Congratulações pelo 89.º Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “Na sua pessoa cumprimento todos os presentes, tanto aqui na sala como online, que estão a participar nesta Assembleia Municipal. Antes de começar a falar nos pontos que eu tenho para falar no período antes da ordem do dia, fazia desde já um apelo e, justiça seja feita, este apelo já foi feito anteriormente em Assembleias Municipais. Que as Assembleias Municipais sejam transmitidas online para as redes sociais do Município, assim como outras Autarquias já o estão a fazer. Isto não é só por causa da questão pandémica mas, também, para que mais munícipes tenham acesso ao decorrer dos trabalhos da Assembleia Municipal. Acho que era mais um veículo para fazer chegar o Município aos Montemorenses.-----

----- Começava já pela questão que muito se tem suscitado ultimamente, que é a questão da vacinação. Vivemos há um ano uma crise pandémica que veio mexer com as nossas vidas, afetando de uma maneira ou de outra, o nosso dia-a-dia e a normalidade como a conhecíamos. Neste último ano, não passou um dia sem falarmos ou ouvirmos comentar algo relacionado com o Coronavírus e a pandemia. Muitos terão vivido momentos de doença mais ou menos sintomática, mais grave ou menos grave, terminando em bem ou em morte. Nunca uma vacina se fez tão rápida e eficazmente. Veio trazer esperança a todos, talvez tenha vindo a trazer aquela sensação de que tudo vai voltar à normalidade. Não voltará nunca, pelo menos como a conhecíamos.-----

----- Em Portugal, como em alguns países da Europa, o plano de vacinação teve início logo após o Natal. Ora, o plano citado que pode sofrer alterações em função da evolução do conhecimento científico e das indicações e contributos que venham a ser aprovados pela agência europeia de medicamento contempla uma fase. Os integrantes desta primeira fase, teriam de ser priorizados, resultando em listas, pois o número de vacinas não seria e não é em número suficiente para avançar numa vacinação massiva. Os critérios para a primeira fase a iniciar em dois tempos, em dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, são públicos, claros e justos. Não querendo maçar, a CDU de Montemor-o-Velho considera importante lembrar estes critérios da primeira fase com início em dezembro de 2020: profissionais de saúde envolvidos na prestação de cuidados de doentes, profissionais das forças armadas, forças de segurança e serviços críticos, profissionais e residentes em estruturas e residências para pessoas idosas e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

instituições similares, profissionais e utentes da rede nacional de cuidados continuados. Infelizmente, muitos foram os casos inconstantes tornados públicos pela comunicação social e que levaram à demissão de várias individualidades, desde responsáveis do INEM, Vereador da Proteção Civil da Câmara de Lisboa, ao próprio coordenador da Task Force da vacinação a nível nacional. Se procurarmos no motor de busca na internet, por vacinação indevida, são vários os títulos de notícias de norte a sul do país, desde Padres, Presidentes de Câmara, Dirigentes de lares, Presidentes de Assembleias Municipais, Provedores da Santa Casa da Misericórdia, Vereadores de Câmaras Municipais, Assistentes Sociais e até, funcionários de pastelarias. Os nomes são muitos e muitos serão os que ficam sem se conhecer, serão alvo de investigação pela Inspeção Geral das atividades em Saúde e Polícia Judiciária e, quem provar ter violado a prioridade no acesso à vacina, pode incorrer na prática de um crime de recebimento indevido de vantagem e peculato caso seja funcionário público, ou de burla se for um cidadão comum. -

----- Estamos a falar de uma vacinação indevida, de falta de seriedade e moralidade, de inconveniência e não saber viver em democracia. Estamos a falar, neste caso, de crime. -----

----- Acontece que em Montemor-o-Velho não foi exceção e também foi alvo de notícias nos jornais, de queixa anónima na GNR e feita uma investigação para apurar os factos. Os factos agora conhecidos pelos dizentes, é que foram vacinadas que não cumprem critérios de vacinação para serem incluídos na primeira fase deste plano. O argumento das sobras já está um pouco gasto. É obrigatório haver uma lista de suplentes, é difícil haver tantas sobras se a lista de utentes a vacinar foi bem escrutinada por quem de dever. Já agora, quão oportuno é, as eventuais sobras terem caído nos deltoides das pessoas mais bem relacionadas e que ocupam lugares de destaque em situações do Concelho. Seria fácil, em caso de sobras, arranjar idosos com mais de 80 anos, não institucionalizados ou voltando a citar: profissionais das forças armadas, forças de segurança e serviços críticos. Bastava ter querido. Bastava não ser egoísta. A CDU lamenta que tal acontecido porque demonstra a desonra a desonestidade e moralidade de muitos. -----

----- Passando a outra questão, o mau tempo nas últimas semanas, veio lançar novamente o alerta por causa da questão do perigo de cheias. Acontece que choveu muito e as populações ficaram sobressaltadas. Acontece que no leito periférico direito do Mondego essa situação teve mais evidência. A CDU foi prontamente clara no dia 10 a destacar esse facto e, não deixa de se congratular para que no dia seguinte já lá estivessem as máquinas para qualquer eventualidade a tomar conta da situação. -----

----- Mas porque não podemos ficar só pela questão do apontar do dedo, também temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

outros assuntos que, não só aguardam as questões locais mas, também questões muito importantes a nível nacional e eu, não podia deixar passar em claro a seguinte questão: A 06 de março de 1921, foi fundado o Partido Comunista Português, 100 anos de luta heroica ao serviço do povo e da democracia e socialismo. São cem anos em que não há nenhuma transformação social, nenhum avanço ou conquista dos trabalhadores e do povo português que não esteja direta ou indiretamente associada à iniciativa, à luta e à intervenção do PCP. São 100 anos de vida e de luta de um partido orgulhoso da sua história e apreendendo com a sua própria experiência e do movimento comunista e revolucionário internacional, assume com determinação e confiança, as exigências da atualidade e do futuro. É de honrar a memória dos heróis que lutando pela liberdade, pelos interesses da classe operária e do povo, deram a própria vida pelos ideais defendidos pelo PCP. É prestar homenagem a todos aqueles que ao longo de 100 anos de vida e de luta, com todos os momentos, por vezes nas mais difíceis condições asseguraram e continuam hoje a assegurar a intensa atividade do partido, com a sua abnegação, coragem e determinação. -----

----- A fundação do PCP correspondeu a uma necessidade histórica da classe operária portuguesa, a sua criação refletiu a evolução do movimento operário português na sua experiência e consciência social e política. Com o golpe militar de 28 de maio de 1926, conduziu à instauração da ditadura fascista, o partido com apenas 5 anos de existência, foi proibido e perseguido, forçado a desenvolver a sua atividade nas condições da mais severa clandestinidade e brutal repressão que se debateu sobre o mesmo. A morte, as prisões, torturas, separação de famílias foram realidades que os comunistas foram alvo e, apesar disso, organizaram-se e continuaram a dar a vida àquele que seria o único partido organizado e que desafiava a ditadura fascista. -----

----- Anos após de golpes sucessivos que afetaram gravemente o partido, este resistiu à violência e repressão fascista para sua transformação num grande partido nacional para a sua afirmação com indiscutível vanguarda da classe operária e promotor da unidade antifascista e para a definição da via insurrecional para o desgaste e derrubamento do fascismo. -----

----- Ao cumprir os seus 100 anos, o PCP é, a nível nacional, o partido com mais longa história. Nenhum outro se debateu com a construção de uma cidade nova, sem a exploração do homem, pelo homem. Uma sociedade na qual sejam assegurados todos os direitos ao trabalho, à saúde, à educação, à habitação, à proteção social e à reforma e da qual sejam banidas todas as desigualdades, injustiças, discriminações e flagelos sociais. Este é e continuará a ser o partido portador de um projeto ideal que corresponde e que fundamenta às aspirações e às lutas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

milenarios pela liberdade da humanidade e pelo fim da exploração e da opressão de um homem sobre outro homem.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de dar a palavra ao membro Maria João Sobreiro, apenas dizer o seguinte: Neste caso, o Senhor membro Nuno Cardoso colocou a questão da disponibilização online da sessão da Assembleia. De facto, eu contactei os Serviços e os mesmos fizeram um teste a meu pedido, com muito menos pessoas e não conseguiram de facto, fazer em streaming mais do que 20 minutos da reunião. Nessa perspetiva e, porque houve pessoas que me contactaram que queriam assistir à reunião eu, juntamente com os Serviços, disponibilizamos o auditório da Biblioteca Municipal Afonso Duarte para quem quisesse assistir online. Montámos toda a logística necessária para isso, desde a medição da temperatura, o distanciamento social e inclusivamente um computador para participar, isto não quer dizer que não venha a haver participação, porque tenho uma inscrição no período de intervenção do público mas, a pessoa disse que não podia vir à Biblioteca mas irá intervir. Contudo, informam-me os serviços que a sala está vazia. -----

----- Também já agora, julgo que posso partilhar uma conversa que tive com a Senhora deputada Mara João, eu vou tentar de facto, que as reuniões sejam todas presenciais, com todos os membros. Porque, de facto, eu sei que é limitante e foi limitante para as líderes de bancada quando eu lhes disse que as instruções do delegado de saúde era para limitarmos ainda mais a presença de pessoas em sala, porque começamos a preparar esta Assembleia há 15 dias atrás. Eu, nem que tenha, de facto, de arranjar um espaço fora de Montemor-o-Velho, como sabem, o Pavilhão Municipal neste momento, está ocupado com a questão da vacinação mas, a não ser que haja alguma questão de maior, as nossas próximas reuniões serão todas presenciais. Quem quer assistir, assiste e quem quer participar, participa. Nunca foi vedada esta questão.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia Municipal, quer os que estejam aqui presencialmente, quer os que estejam no formato online, cumprimento também o Senhor Presidente de Câmara e todas as Senhoras funcionárias do Município. -----

----- Por acaso, Senhor Presidente, com a sua intervenção vai um bocadinho ao encontro também daquilo que seria a minha intervenção. -----

----- Eu de facto, acabei por ver aqui na informação escrita que o Senhor tinha reunido com as equipas direcionadas nessa área e, de facto, causa-me muita estranheza como é que todos os outros Municípios conseguem transmitir as assembleias municipais ou em streaming ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

noutros formatos e nós não conseguimos. Provavelmente poderá haver aí alguma questão que possa ser ajustada mas, parece-me muito estranho, principalmente numa era em que vivemos, a era digital e que o Município é sempre tão voltado para as questões da comunicação e da transmissão dos seus conteúdos a esse nível e, portanto, para umas coisas dá mas, para outras não dá, o que de facto, releva muito do que é aquilo que nós pretendemos para uma democracia e no tempo em que estamos a viver. Portanto, eu gostava que de facto, repensassem isso e que arranjassem uma forma de as assembleias serem transmitidas. Há assembleias municipais que são transmitidas no youtube, que se vê perfeitamente portanto, se não dá de uma maneira há-de haver soluções porque se as outras conseguem, nós também havemos de conseguir, o que não falta são funcionários ligados a essa matéria cá na Câmara e, portanto, nós gostaríamos muito que isso acontecesse. -----

----- Quanto à questão de realização da Assembleia Municipal em termos presenciais, nós já temos vindo a falar sobre essa matéria, nas reuniões da comissão permanente, desde março do ano passado, desde que estamos a viver esta pandemia. É necessário que isso aconteça até porque a própria dinâmica das reuniões é diferente. A própria interação com as pessoas é diferente e eu, como líder, não sou ninguém para dizer, “olha só podemos ter 6, então não vai o A e não vai o B”. Porquê? Porque todos somos eleitos da mesma forma, todos estamos aqui para cumprir o nosso dever e acho que isto acaba aqui por oprimir um bocadinho as pessoas, quer na sua ação política, quer na sua ação de intervenção, porque também se percebe que as pessoas que estão no formato online, como não estão envolvidos nesta reunião, acabam por sentir um afastamento maior e, por vezes, se calhar, isso até é inibidor de alguma intervenção que possam fazer. Aproveitando o vídeo que nos foi remetido pela Assembleia Municipal de Soure, aquela Assembleia, era num pavilhão, parece-me a mim e nós temos muitos espaços no Concelho, onde é possível fazer isso. A nossa bancada propôs já por várias vezes, o auditório da Associação Filarmónica União Verridense, que tem mais de 100 lugares, que tem entrada por um lado e saída por outro, que tem condições dignas mas, para além desse lugar, há muitos outros no Concelho que se podem estudar portanto, não é à falta de lugares. Não podemos é continuar nestes termos. Portanto, nesse sentido, gostaríamos muito que a próxima reunião em abril, já fosse presencial para toda a gente, para que todos possam participar. -----

----- Depois, passava, já que falei nesse vídeo, não posso deixar de dar aqui duas notas. Penso que todas as pessoas viram. Em primeiro lugar, aquilo é uma postura caricata do Partido Socialista quer dizer, os dois elementos dos órgãos máximos daquele Concelho naquelas, passo a expressão, “figuras”. São dignas de filme, não é? Principalmente num partido que tem uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

disciplina partidária tão apertada mas, só queria aqui deixar duas notas, no que diz respeito à nossa bancada. Nós não temos nada a ver com isso, até porque o sentido de votação da nossa bancada, sobre esta matéria, foi sempre contra e depois, quer dizer, estranho é que num Município em que é suportado pelo Partido Socialista em que esta solução foi do Partido Socialista e que vai à Assembleia Municipal e é votado por unanimidade, depois dá azo a tudo isto. Realmente, são guerras políticas, provavelmente o Partido Socialista terá duas listas às próximas autárquicas em Soure. Seja como for, são posturas que não dignificam a nossa posição de maneira nenhuma. -----

----- Por outro lado, outra nota que queria dar em relação a essa matéria, era sobre a discussão em si, que estava a existir naquele “filme” e por isso, mais uma vez dizer que aquela solução nunca foi uma solução da nossa bancada mas também não quero deixar passar aqui esta situação e, no que diz respeito à mesma, queríamos deixar uma recomendação, que é quanto à transparência destes processos de contratação do pessoal.-----

----- Sabemos que naquele caso em específico estamos ao abrigo do direito privado mas, por outro lado, estamos a falar de dinheiros públicos e, estamos a falar de uma gestão de um serviço essencial e, nesses termos esta bancada gostaria que fossem adotadas as boas práticas de procederem às contratações de acordo com a contratação pública. -----

----- De resto, as pessoas que estão e que assumem estas questões tem que pensar nisso. É um bem público, é um bem de todos nós, é água que toda a gente paga e, portanto, muito embora estejam salvaguardados, porque no caso em específico não é a contratação pública que vigora, seja como for, assumindo aqui um tipo de prática diferente e de transparência, podem adotar essas medidas.-----

----- Depois, a minha outra intervenção, é uma matéria completamente diferente. Na passada Assembleia Municipal, a bancada questionou aqui sobre uma resposta que não teria sido dada à Assembleia de Freguesia de Pereira relativamente ao troço que liga a Vila de Pereira à Urbanização Quinta de São Luíz. Depois, nessa Assembleia não nos foi dada resposta mas, a Senhora Eng.^a Edite enviou-me a resposta e informou que as condições de acesso da Rua C Nascente da Quinta de São Luíz, está a ser estudada em simultâneo com um conjunto de obras de urbanização cujo relatório está em fase de conclusão. Nós gostaríamos de saber em que fase é que esta situação está, se já nos podem transmitir alguma coisa sobre isso.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, todos os membros da Assembleia aqui presentes ou via digital, bem como todos os funcionários. Também me reservo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

relativamente ao assunto que a minha antecessora proferiu. Há uma parte da sua intervenção relativamente ao formato online e sobre as assembleias municipais, eu que passo o dia sentada à frente do computador, sempre com via digital, já não posso mais com via digital e de facto, não posso estar mais de acordo que as assembleias tenham que ser presenciais. Também, talvez por causa disso, noto que a nossa rede de todas as operadoras, por aquilo que me apercebo de qualquer operadora e, infelizmente, seja fibra ou satélite, porque nesta altura já não se nota muita diferença, começa a haver grandes problemas também com a fibra que de facto, a cobertura de rede, muitas vezes limita, eu não sei se será essa a situação da Câmara ou não mas, limita e muito, aquilo que se quer fazer por via digital por causa das falhas que tem. -----

----- A minha intervenção por acaso era mesmo nesse sentido, uma vez que fomos colocados, mais uma vez, no ensino à distância, o nosso Concelho ainda tem mais de 1000 alunos e um Agrupamento muito grande, só estou a falar dos alunos que estão no Agrupamento de Montemor, porque logicamente se for falar daqueles que estão fora do Agrupamento de Montemor ou até nas Universidades, o nosso Concelho tem muito mais gente nesta altura por via digital e no ensino à distância mas, relativamente aos alunos do nosso Agrupamento, eu não posso deixar de salientar a prontidão, claro que não é de um dia para o dia mas, foi prontamente disponibilizada pela Câmara, internet aos nossos alunos que tinham dificuldades de internet. As respostas possíveis com os transportes que temos e que eu própria tenho aqui muitas vezes criticado a nossa rede de transportes que também é muito prejudicada pelo monopólio, pela falta de concorrência cada vez maior que temos no Concelho mas, o facto de que, uma vez que este ensino à distância está um bocadinho diferente e, nós temos um misto porque temos alunos em presencial e no caso do nosso Concelho, nem sequer é só numa escola de acolhimento portanto, nós temos as escolas de Arazede, Carapinheira, Montemor e Pereira, todas a funcionar com alunos e foi preciso assegurar o transporte e o Agrupamento juntamente com a Câmara e, salientar o papel da Câmara aqui, que é fundamental, conseguiu também assegurar os transportes com todas as dificuldades que eu já coloquei. -----

----- Aproveito, uma vez que estava a falar do sinal da internet, eu sei e foi público, toda a gente sabe que no anterior confinamento, o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara fizeram alertas e exposições por causa da rede de internet ser tão fraca portanto, ela continua a ser, apesar que terem prometido ao Senhor Presidente que a situação estava resolvida. A parte de Arazede é a pior de todas, eu digo a pior de todas porque não conheço a de Pereira, eu sei que é generalizado mas no nosso Concelho ela está fraca. Eu tenho fibra e tenho falhas, os alunos de Arazede têm imensa dificuldade, nós temos imensa dificuldade em conseguir dar as aulas por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

via digital e portanto, apesar dos cuidados da Câmara conseguir a internet aos alunos depois, as operadoras cortam-nos um bocadinho e, também, se calhar reforçar este apelo, recomendando ao Senhor Presidente da Câmara se volta outra vez a fazer um *forcing* e lamentar que as operadoras não cumpram aquilo que tinham prometido e aquilo que tinham dito que estava resolvido, não está. -----

----- Acabo a minha intervenção se me permitem já agora, porque eu acho que é fundamental para a democracia a polaridade partidária e na sequência da intervenção do membro do PCP, uma vez que falou no aniversário do PCP, eu acho que é um Partido fundamental à democracia, que está na origem da democracia em Portugal e portanto, em meu nome pessoal e, em nome da bancada do PS dar os parabéns a um Partido que, hoje em dia e, apesar de a votação ultimamente ser menos expressiva, eu considero que é fundamental ao nosso sistema democrático e, por isso endereçar também os parabéns por mais um aniversário.”

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Cumprimento todos os que estão nesta Assembleia, quer presencialmente, quer online. -----

----- Eu começo esta minha intervenção por dar um esclarecimento relativamente à intervenção do membro Albertina Jorge. Nós temos mais escolas abertas com alunos presencialmente, temos a Escola do 1.º Ciclo da Carapinheira a tempo inteiro, a Escola do 1.º Ciclo do Seixo e temos a Escola do Viso, duas tarde por semana portanto, a abertura destas escolas para além das que disse, que também inclui o 1.º Ciclo de Montemor, estão a receber crianças filhos de profissionais de primeira linha e outras crianças que, por indicações do Ministério da Educação estão presencialmente porque é muito mais produtivo. Já estamos a esgotar os recursos humanos porque temos imensas crianças. -----

----- Dar nota de outra indicação. Efetivamente os transportes estão implementados, demoraram 15 dias a ser implementados portanto, as crianças que vêm para a escola, nesses 15 dias, não vieram. São processos complicados, nós compreendemos de qualquer das formas, eu penso que quando a Câmara tem meios de transporte e não tem motoristas com as devidas competências para fazer transportes das crianças, que já os deveriam ter, porque tudo indicaria, da forma como a Pandemia evoluiu, que voltaríamos um dia a este ensino não presencial e que poderia haver variantes, o que é o caso. De qualquer das formas, essas crianças, filhos de profissionais, estariam sempre presencialmente nas escolas. Portanto, houve aqui alguma morosidade. -----

----- Por outro lado, eu também queria dizer que, para além de toda a internet que foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

disponibilizada e de todos os tablets, eu penso que o Município do ano passado para este ano, devia ter feito aquisição de mais, até porque esse material não é um material que fica desperdiçado. Esse material é urgente nas escolas do 1.º Ciclo. Todo esse material não será para, certamente, ficar aí fechado, será para mais tarde distribuir pelas escolas, é urgente, ainda mais nos dias de hoje. Cada sala tem apenas um computador portátil que os professores utilizam no seu dia-a-dia e, portanto, as escolas estão muito carenciadas de material informático. Aliás, foi o próprio agrupamento que emprestou 16 câmaras para colocar nos computadores do Centro Educativo porque os computadores já eram tão antigos que nem câmara tinham portanto, foi emprestado e foi instalada por um técnico da Câmara essa mesma câmara para os meninos, porque não têm tablets, não têm meios informáticos e portanto, na escola precisariam desses meios informáticos. Portanto, eu acho que faltou aqui planificação. Nós não podemos trabalhar para o dia seguinte. Nós temos que trabalhar para o ano seguinte. Nós temos que trabalhar de outra forma, atempadamente. Não é para o dia de amanhã, é para daqui a dois, três, quatro, cinco meses, as coisas têm de ser pensadas com cabeça, tronco e membros, porque é impensável nos dias de hoje e tendo em conta aquilo a que a Câmara é exigida, é impensável trabalhar-se de um dia para o outro, tem que se trabalhar com planificação. É a nossa visão. ---
----- Depois, em relação aqui a outra questão também relacionada com as escolas. O ano passado as escolas tiveram alguns técnicos e terapeutas que o Município tem-se candidatado a programas, era o PSI e, neste momento não sabemos nada sobre este programa, também gostaríamos de saber. Porém, pode-se recomendar de uma vez por todas ao Município que realmente, tenha técnicos nestas áreas, na terapia da fala, na psicologia, etc., que possam auxiliar nomeadamente, o Pré-Escolar e o 1.º Ciclo. É a partir daí que tem de se começar, que tem de se começar a investir. Portanto, está na altura, para além desses projetos que existem e aos quais os Municípios se podem candidatar de terem, de facto, um corpo de técnicos que possam auxiliar, é urgente, até porque o nosso Concelho é um Concelho pobre, não nos podemos esquecer disto. Há muitas crianças que têm falta de tudo e mais alguma coisa e depois, não há recursos suficientes, se não for o Município também a investir alguma coisa, nós não conseguimos e estas crianças, principalmente no Pré-Escolar, se não forem logo apoiadas por exemplo, na questão da terapia da fala, é muito difícil as crianças suprirem as suas dificuldades e mais tarde, quando ingressam no 1.º Ciclo, como não superaram essas falhas, depois, escrevem como falam. -----
----- Depois, queria ainda colocar aqui outras questões ao Senhor Presidente que é o seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- - Jacintos – qual é o ponto de situação? Eu sei que compraram uma Ceifeira, que a utilizaram. Como é que está a ser utilizada? Em meados do mês de fevereiro, eu sei que houve uns jacintos que estavam no leito do rio velho e que foram outra vez pelo Mondego abaixo para a Figueira da Foz. Portanto, qual é o ponto de situação? Eu sei que em tempos optou-se por retirar, desta vez, voltou-se a não retirar.-----

----- Quería agora pedir ao Senhor Presidente o seguinte: que por favor, há um caso de uma criança de 3 anos que frequenta o Jardim-de-Infância de uma instituição deste concelho. Esta criança não ouve e, portanto, não fala. Esta criança tem vaga no Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, no Jardim de São Bartolomeu, que é um Jardim específico para estas crianças, para desenvolverem estas competências. Eu sei que todas estas crianças que são transportadas para estas escolas especiais em Coimbra, é o Município de Coimbra que assume este transporte. Acontece, que a criança veio a meio do primeiro período para a escola, por indicação de uma determinada instituição, foi obrigada a frequentar. Nós não temos especialistas nesta área e então, pelos vistos parece que ninguém se entende relativamente ao transporte desta criança e esta criança continua a frequentar uma instituição que não está direcionada para ela e para os problemas que ela tem, porque ninguém se entende relativamente ao transporte. Eu lamento pagar os meus impostos, a Câmara gerir o dinheiro dos meus impostos e de todos os outros contribuintes e não haver uma solução para esta criança, quando depois, nós vamos analisar uma série de contratos como por exemplo, o Castelo Mágico, custou 31.000€, o que é que é mais importante? Eu pergunto. Claro que tudo é importante mas, nós temos que fazer aqui opções e as pessoas e as crianças têm que estar em primeiro lugar, Senhor Presidente. Alguém tem que encontrar uma solução para esta criança e eu hoje trago aqui este problema, não o devia trazer mas, isto é uma coisa que me incomoda. É não encontrar solução para esta criança, independentemente de todas as questões burocráticas que nós já sabemos de quem é que paga o quê, contratação pública, etc. Alguém tem que verificar esta situação e tem que resolver esta situação. -----

----- Depois, apesar de outras pessoas irem falar sobre as vacinas, eu quero só fazer aqui uma citação do Jornal Expresso e, passo a publicidade, do fim-de-semana passado. Diz em letras grandes: “Militares, Polícias e Bombeiros cedem lugar a idosos. Objetivo: Salvar vidas. Proteger os mais vulneráveis é premente e essencial, sublinhou Gouveia e Melo, o novo coordenador da Task Force. Portanto, é só um aparte porque realmente o nosso país, às vezes, desilude-nos. Mas quem é que nos desilude? As pessoas que estão à frente das instituições. É uma vergonha. Isto não se vê noutros países da Europa. Se calhar também se vê, aqueles que têm uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

democracia um bocadinho mais estranha porque naqueles que são rigorosos, estas coisas não acontecem e nós, de uma vez por todas, temos que ser rigorosos, cada um no seu lugar. Claro que as pessoas têm sido infetadas e então? Algumas, infelizmente não estão entre nós, se calhar se tivessem sido vacinadas atempadamente, estariam mas, também, a vacina ainda não estava desenvolvida. Portanto, agora, há que olhar para aqueles que é preciso salvar. Nesse sentido, acho que nós temos que ter e, as instituições têm que ter muita determinação, têm de ser muito rigorosas em relação a esta matéria, porque isto fica mal. O comum dos cidadãos? Mas em que país é que nós estamos? Mas vale tudo neste país? Claro que depois, isto é uma bola de neve, depois a população fica a pensar: “então mas as pessoas que governam este país, podem fazer isto? Podem tomar estas decisões? Então e nós que estamos cá em baixo? Qual é a nossa atitude? Que exemplo é que nós temos?” É a minha opinião. Acho que as coisas têm que ter critério de uma vez por todas. Isto não pode ser uma “bandalheira” passo a expressão. As coisas têm que ter rigor de uma vez por todas. Não vale tudo. Se calhar muitas das pessoas que estão nesta sala já foram infetadas, muitos que estão online também e, então? Tiveram que suportar! Portanto, agora há que dar lugar àqueles que por ordem e por direito têm lugar a essas vacinas. Em política, de facto, não vale tudo e mesmo no país, realmente há instituições que deixam muito a desejar pelas opções e decisões que tomaram mas isso claro, mais tarde, certamente o Ministério Público há-de investigar e há-de chegar às suas conclusões e às suas decisões.” -----

----- Pediu a palavra o membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: Boa tarde Senhor Presidente, restante mesa, Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal que estejam presentes e online. -----

----- Vou começar a minha intervenção para falar também sobre as vacinas, para complementar a intervenção da minha colega. Começava pela vacinação que aconteceu em Montemor-o-Velho, porque não podemos ignorar que desde o início da vacinação começaram a circular rumores que no nosso Concelho também houve vacinação indevida com elementos da Câmara Municipal. Notícias falsas e rumores sempre existiram e vão continuar mas, saiu uma notícia no Jornal “As Beiras” no dia 17 de fevereiro de 2021 que prova que os rumores tinham algum fundamento e, por isso, a nossa bancada, exige alguns esclarecimentos. Nessa notícia, o Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego, Dr. José Luís Sacadura Biscaia Silva Pinto, confirmou que existiu a vacinação no dia 14 de fevereiro a uma lista elaborada pela Proteção Civil Municipal, devido a haver sobras da segunda dose, devido a um surto num lar de idosos. Só que os elementos vacinados desta lista, tomaram a segunda dose e não a primeira logo, se o surto foi agora, como tomaram a primeira vacina, em fins de janeiro, sem surto e sem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

sobras? Se eram sobras, como foi possível serem dezenas? Porque pediram a lista à Câmara e não a outras entidades prioritárias? Bombeiros, GNR, Centros Sociais do Concelho, Cruz Vermelha? Se tiveram tempo de andar a pedir listas, porque não guardaram as vacinas para os prioritários? Estamos perante uma grande trapalhada e um processo pouco transparente e duvidoso, como todos os outros que se passaram pelo país fora. -----

----- No plano de vacinação que foi tornado público pelo Governo no dia 03 de dezembro, foram elaborados grupos prioritários nas várias fases, por acaso o membro da CDU já leu essas fases e, nessas fases não estão incluídos elementos da Proteção Civil, nem funcionários camarários. É preciso esclarecer esta situação para acabar com o ambiente de suspeição e desconfiança. O Senhor Presidente da Câmara é o responsável máximo da Proteção Civil Municipal, queremos saber se confirma estas notícias. Se realmente foi o Senhor quem fez a lista de vacinados. Quantas pessoas tem a lista? Se está incluído na lista? Ou então que torne pública essa lista. -----

----- Ainda sobre a saúde, quero uma vez mais lembrar que o Centro de Saúde de Santo Varão continua fechado há mais de um ano. Porque não aproveitar este bom relacionamento de partilhas com o Senhor Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde, para exigir a sua abertura. -----

----- Relativamente às vias de comunicação, quero uma vez mais, lembrar o estado das estradas do Campo que são da responsabilidade da Câmara Municipal, porque não têm manutenção, com a chuva estão cheias de buracos e abatimentos do piso, não têm escoamento para as águas com as bermas por limpar. A estrada de Formoselha para a Carapinheira é o principal acesso das Freguesias da margem esquerda para Montemor. A situação de estado de emergência que estamos a viver, esta estrada é fundamental, é única, porque não se pode circular entre Concelhos, não há alternativa. -----

----- Na travessia de Pereira para Tentúgal, faltam rails de segurança nas pontes das valas há muito tempo, estando as bermas sinalizadas com uns ferros. Já tinha falado aqui nesta Assembleia e, pergunto mais uma vez, quando é que vão ser intervencionadas. -----

----- Depois, quero saber o que é que se passa com as obras na Rua Dr. Joaquim Pimenta Simões em Arazede. É uma estrada que faz muita falta, principalmente aos moradores que se queixam todos os dias e que a estrada está sempre na mesma, não se nota andamento. Espero que não fique pronta só em outubro. -----

----- Quero também lembrar que os semáforos de Tentúgal estão avariados há já muito tempo, tornando-se o cruzamento perigoso de atravessar.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Queria saudar o Senhor Presidente da assembleia e na sua pessoa, saudar todos os presentes, membros da assembleia, da mesa, distintos colaboradores. -----

----- Gostava de pedir que sobre a ABMG, eu falaria tudo num ponto por uma razão muito simples. Como sabem, eu quero-me pronunciar sobre uma carta que chegou a esta Assembleia, a pedido do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Soure e que mereceu uma intervenção, que eu tenho que elogiar, por parte do membro da Assembleia Municipal, Maria João Sobreiro. Quando tenho que criticar, critico e, quando tenho que elogiar também elogio, como também quero elogiar e irei elogiar a intervenção do deputado do PSD de Soure. -----

----- Sobre a ABMG eu queria pedir autorização para responder a todas as questões no ponto 7., para eu poder dizer aquilo que quero dizer e como quero dizer.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor Presidente, julgo que é razoável que faça essa intervenção nesse ponto e, portanto, tem a permissão da Assembleia.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Peço a compreensão dos demais, até porque passamos para um plano diferente. Não de discussão política mas de discussão judicial e criminal do problema e, por isso mesmo, como devem perceber, eu pretendo fazer determinadas intervenções e, também pretendo fazer determinadas diligências e, por isso mesmo, no ponto certo, irei intervir, irei dizer o que quero dizer sobre este assunto. -----

----- Vacinação, eu vou responder a todos de uma forma muito explícita. Está aqui, posso mostrar o meu boletim de vacinas. Não fui vacinado à COVID-19, está aqui para quem quiser consultar o meu boletim de vacinas devidamente atualizado. -----

----- Não ordenei, nem pedi a quem quer que seja que fosse vacinado. Não me cabe a mim pedir isso, nem conheço nenhuma autoridade de saúde que se submeta a um pedido de um Presidente de Câmara, para fazer isto ou fazer aquilo. Se o fizeram nalguns casos, só tenho que concordar com quem se pronunciou e dizer que é reprovável. -----

----- A colaboração com o Centro de Saúde, as Autoridades de Saúde e a Câmara é total. A transmissão de informação entre ambas as entidades, é profícua e, portanto, aquilo que existe, existe e tem uma justificação. A pergunta que me fazem se alguém da Câmara foi vacinado, eu sobre mim posso falar, sobre outras pessoas não falo. Como disse, não pedi a ninguém para ser vacinado ninguém, não dei nenhuma vacina, não espetei a agulha a ninguém, nem estive perto de nenhuma vacina, nem de nenhum centro de vacinação. O centro de vacinação de Montemor que está incrivelmente bem instalado, os meus parabéns aos Serviços, tenho muito orgulho neles mas, eu fiz questão de nem lá ir e, portanto, confio nos meus Serviços e, confio sobretudo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

nos serviços de saúde que estão a trabalhar em Montemor e que estão a fazer um trabalho verdadeiramente notável em conjunto com a Câmara e com o Centro de Saúde. Nós, neste momento, já temos 2,4% da população com a segunda toma. Temos, no final do dia de hoje, 5,2% da população com a primeira toma e para a semana vamos atingir os 7,4%. Quero dizer que para atingir estas percentagens, é preciso um trabalho incalculável. Para vacinar 100 pessoas, é preciso contactar 200 pessoas. É verdadeiramente notável o trabalho que está a ser feito em Montemor do ponto de vista da vacinação e que já foi objeto de elogio esta colaboração entre o Município e os responsáveis pela Saúde em Montemor. -----

----- Dizer que, nem o Presidente da Câmara, nem nenhuma das pessoas da Câmara tem autoridade, tem sequer a mínima hipótese de interferir nas listagens, quem diz, quem faz, etc. esse critério não é reservado aos colaboradores da Câmara. O que fazemos, é uma coisa que denuncia uma outra situação muito mais grave, que é a total ausência de recursos humanos e de meios nos Centros de Saúde deste país. Posso-vos dizer que, se não fosse aquilo que nós fazemos, estes números que eu aqui dei, eram uma vergonha e, hoje mesmo, assisti a uma notícia que, das pessoas que deviam ser vacinadas, só foram vacinadas cerca de 54%. Portanto, esta é a realidade que nós temos pelo país e que nós queremos contrariar em Montemor. -----

----- Portanto, como disse o Senhor membro da Assembleia, isto foi entregue à Polícia Judiciária, a Polícia Judiciária está a investigar e, a partir desse momento, eles que descubram quem é que foi indevidamente vacinado e quem é que ordenou essa vacinação. Não julguemos na praça pública, aqueles que nada tem a ver com isso e que só estão a colaborar com as entidades e com as pessoas que realmente o têm que fazer.-----

----- Sublinho e repito: é de muito mau gosto a desinformação que se cria à volta deste tema, porque na verdade também vos quero dizer que há muitos idosos, com muita pena minha, que recusam ir tomar a vacina, porque os filhos não deixam, porque não estão devidamente informados e eu, quero aqui fazer um apelo a todos que passem a mensagem. As pessoas só são vacinadas se puderem ser vacinadas. São sujeitas a um inquérito prévio e depois são sujeitas a um exame médico antes de serem vacinadas e, portanto, não brinquem com a saúde das pessoas em particular das pessoas mais próximas.-----

----- Também ainda sobre vacinas, vamos deixar que a Polícia Judiciária investigue e, que as autoridades inspetivas de saúde cheguem às conclusões que tiverem que chegar e sejam punidos aqueles que tiverem que ser punidos. Portanto, está respondido a todos e vou dizer aqui uma coisa que me parece que tem de ser dita, Senhores membros Marcelo e Cristina Jorge, é que é preciso esclarecer aqui uma coisa, eu vou fazer uma crítica. Eu estou farto de ver neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

país e, também já vi aqui hoje, a demagogia de “deixam a vacina para os mais idosos e para quem mais precisa”. Isso é pura demagogia e, se eu estou de acordo que há situações ilícitas, é preciso que as pessoas que dizem estas coisas, percebam. Ao citar aquilo que foi citado aqui, também era preciso citar a correção que foi feita de imediato e a seguir pelo Senhor Secretário de Estado a essa afirmação que aqui foi retransmitida. É preciso fazer as coisas com clareza. As vacinas não são transmissíveis e, a vacina que me estava destinada a mim, eu não a posso transmitir a quem eu quiser, não a posso doar a quem eu quiser, posso negar-me a ser vacinado mas, não posso transmiti-la a quem eu quiser. Mais! Há diferentes tipos de vacina em Portugal e, portanto, as vacinas dos Bombeiros e Militares não servem para os idosos. Isso é pura demagogia. As vacinas da Pfizer servem para os idosos, as vacinas da Moderna e da AstraZeneca servem para essas pessoas portanto, quem diz estas coisas, é pura demagogia. Portanto, não podem ser cedidas, não podem ser dadas aos idosos porque os idosos não podem tomar essas vacinas. Vamos ser sérios e rigorosos naquilo que dizemos. Na verdade, supostamente, aquelas vacinas que foram dadas em Montemor e noutros lados eram para profissionais de saúde ou Bombeiros e não podem ser dadas a idosos e, as pessoas que não são idosos não podem levar essas vacinas. Penso que sobre vacinação estamos esclarecidos e fica de uma vez por todas esclarecido que as pessoas que “por dá cá esta palha”, atentam contra a minha dignidade e contra a dignidade de quem não merece, só têm uma resposta, que é aquela que eu vou dizer e que vou dar a seguir e, portanto a partir de hoje, quem quiser nesta sala ou quem quiser vir consultar à Câmara o meu boletim de vacinas está aqui à vossa disposição. Por favor, não evoquem mais o meu nome em vão porque eu não gosto e porque eu mereço respeito, até porque sou Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e, para além disso, sou um homem que merece esse respeito. Portanto, sobre vacinação estamos entendidos. -----

----- Quero congratular-me e dar os parabéns ao verdadeiro PCP. -----

----- Relativamente à intervenção do membro Nuno Cardoso, dizer que antes de estarem lá as máquinas, estive lá eu e o meu Comandante da Proteção Civil e fiz os meus contactos para que a situação fosse resolvida. Fui eu que alertei o Governo para a situação que, de imediato, respondeu afirmativamente e resolveu o problema. Podia ser um problema muitíssimo grave porque a água estava a passar indevidamente na margem que foi reparada e, portanto, foi corrigida a situação e não houve problema.-----

----- Quanto à questão da resposta da Rua da Urbanização de Pereira, eu gostava que a Engenheira Edite Silva respondesse.-----

----- Quanto à questão suscitada pelo membro Albertina Jorge, dizer que a queixa que fiz foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

à ANACOM. A única entidade que prontamente respondeu foi a Altice Portugal e respondeu a casos concretos de alunos que estavam com dificuldades e ainda está neste momento em curso. Já agora, também partilhar convosco e, se alguém se quiser opor, estão em curso processos de licenciamento nas escolas primárias, porque eles querem colocar antenas e querem colocar reforço de cobertura e querem utilizar os espaços de domínio público ou do domínio da Câmara Municipal para aí instalar as antenas e poder assegurar melhor a cobertura e estão a pedir que possamos ceder esses espaços das escolas primárias e, está em análise pelos Serviços. -----

----- Em relação à intervenção do membro Ana Cristina Jorge, dizer que eu nunca neguei a aquisição de qualquer material informática ou o que quer que seja. Mais! Gostaria que o Senhor Chefe de Divisão de Educação, Ação Social, Saúde, Cultura, Desporto, Cultura e Turismo, Prof. José Charro pudesse intervir e esclarecer a Senhora membro da Assembleia. -----

----- Quanto à questão dos jacintos de água, eu não vejo lá nenhuns neste momento. Nós fizemos aquilo que tínhamos a fazer mas, admito que possa haver algum esclarecimento técnico, Senhor Presidente, gostaria que o meu comandante da Proteção Civil que comandou as operações em coordenação com a CIM, porque a máquina é da CIM, é um projeto da Comunidade Intermunicipal, foi estreada em Montemor, gostava que ele interviesse. -----

----- Quanto à questão da criança de 3 anos, soube aqui por si. Lamento que tenha sabido aqui por si mas, também, fui informado de imediato de um e-mail que aqui tenho que diz assim: “Mais informamos que o transporte do “...” será tratado pela direção do A. E. de Coimbra Centro e Município de Coimbra. Está aqui o e-mail e, perante este e-mail que foi recebido nos Serviços, eu também não posso sancionar os Serviços de alguma negligência sobre isto. Lamento é que não haja diálogo entre o Agrupamento e os Serviços porque nós não negamos nada. Nós não estamos a negar nada. Eu gostaria de falar sem ter voz off de fundo! É uma questão de respeito, Senhora membro da Assembleia. Eu não faço isso a si, gostaria que tivesse esse respeito por mim. -----

----- É lamentável que eu saiba de um assunto desta natureza, porque toda a gente me conhece, eu nunca deixaria uma criança surda de 3 anos, sem o devido apoio e acompanhamento, nem faço política com este tipo de situações. Em relação à intervenção do membro Ana Cristina Jorge, está tudo esclarecido. -----

----- Em relação à intervenção do membro Marcelo Ferreira, já esclareci a questão das vacinas. As estradas do campo já lhe disse o que tinha a dizer, não volto a referir isso. -----

----- Obras da Rua Dr. Joaquim Pimenta Simões. Sim, é verdade. A situação COVID, as empresas, os empreiteiros têm sido vítimas como nós, de falta de pessoal, porque os seus

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

trabalhadores também ficam infetados, também ficam de quarentena e em isolamento profilático e, portanto, todas as obras que estão em curso, que estavam para ser terminadas a meu pedido e a pedido dos serviços, estão ainda atrasadas por causa dessas contingências. Gostaria também sobre esse assunto que a Eng.ª Isabel Quinteiro interviesse. -----

----- Quanto aos semáforos de Tentúgal, na verdade, eu próprio já insisti junto dos Serviços e, gostaria que o Arquiteto António Pinheiro também viesse aqui esclarecer qual é o problema.”

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento, Reabilitação Urbana e Urbanismo, Eng.ª Edite Silva que disse: "Respondendo à Dr.ª Maria João relativamente à questão do acesso da Urbanização, embora seja um processo já longo é um bocadinho prematura para nós falarmos no relatório que não está concluído. Portanto, acho que só deveremos falar sobre ele e sobre o seu conteúdo, após a sua conclusão que ainda não está feita. Penso que não demorará muito, penso que está para breve, embora não me possa amarrar a datas mas, só nessa altura é que poderemos dar mais informações detalhadas sobre essa situação e todo o resto.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Educação, Ação Social, Saúde, Cultura, Desporto, Cultura e Turismo, Prof. José Charro que disse: “Muito boa tarde a todos. Começaria por esclarecer relativamente ao aluno surdo, dizendo o seguinte: “No dia 20 de novembro de 2020, foi solicitado aos Serviços da DGESTE, que nos informassem, que esclarecessem os nossos serviços sobre o transporte desta criança. Em resposta, a 10 de dezembro, a DGESTE vem esclarecer o seguinte: “Que a escola de referência para este aluno é no distrito de Coimbra, uma vez que a DGESTE considerou ser esta a solução mais adequada para o aluno, informando que o transporte do aluno será tratado pela Direção de Escolas de Coimbra Centro e o Município de Coimbra. Este e-mail como vos disse, datado do dia 10 de dezembro, é assinado por Cristina Vidal Ferreira, Chefe da equipa multidisciplinar de apoio pedagógico. Relativamente a este assunto, julgo que estamos esclarecidos. -----

----- Relativamente ao outro assunto, que julgo que tinha a ver com a questão dos tablets que estão a ser disponibilizados aos alunos que deles necessitam. Neste momento, só para esclarecer, estão distribuídos 44 tablets aos alunos de escalão A e B, do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, pelo que, nenhum aluno identificado pelo Agrupamento de escalão A e B, ficou sem resposta. Tanto ao nível de tablet, como ao nível da internet. Mais! O Município teve o cuidado, por causa da questão que foi aqui levantada relativamente à Internet de adquirir e, essa foi uma indicação expressa do Senhor Presidente que fossem adquiridos hotspots de todas as redes para que pudéssemos minimizar o problema da rede que temos e que todos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

conhecemos no Concelho. Portanto, todos os alunos que necessitaram, tiveram hotspot e tiveram o hotspot com a rede que melhor funciona no seu local de residência. Mais! Foram ainda distribuídos também, a pedido do agrupamento, julgo que três tablets para escolas do 1.º Ciclo onde há alunos a frequentar a escola e que precisavam de tablets para assistir às aulas online.

----- Também, em relação a esta matéria, importa dizer que no dia 21 de outubro, estavam as aulas a funcionar em pleno, estes Serviços, a pedido da Senhora Dr.ª Diana Andrade, enviaram um e-mail a solicitar ao Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas que pudéssemos fazer um estudo atempado das necessidades relativamente à utilização deste tipo de recursos por parte dos alunos do agrupamento no caso de virmos a precisar, o que se veio a confirmar. Acontece que esse levantamento é enviado aos Serviços da Educação com muito maior atraso, já em pleno confinamento e, portanto, o Município reagiu com a máxima brevidade e, julgo que neste aspeto nenhum aluno saiu prejudicado no nosso Município. Portanto, a questão dos tablets, julgo que também está esclarecida. -----

----- A questão dos transportes um pouco mais complexa evidentemente. Eu gostaria de esclarecer quem nos está a ouvir que, como sabem, as empresas de transporte que servem o Concelho e que nós temos contratualizadas entraram em Layoff mas, assim que o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho identificou a necessidade de fazer transportar para a escola alguns alunos, ou por se encontrarem em medidas adicionais, ou seletivas, ou numa outra situação em que não conseguiam acompanhar a atividade escolar em casa, imediatamente o Município tentou encontrar soluções. Essas soluções evidentemente teriam que passar por empresas de transportes porque o Município não tem capacidade própria de dar essa resposta. Ora, as empresas estavam em Layoff e, portanto, estas empresas precisaram de algum tempo para reagir a este pedido mas, ainda assim, importa dizer que o pedido formal com a listagem dos alunos a transportar e a identificação da sua residência, foi-nos enviada pelo Agrupamento de Escolas, no dia 12 de fevereiro, às 19h33m e, estamos a falar de uma sexta-feira. É evidente que estes Serviços tiveram que identificar os alunos, tiveram que ver a sua residência, tiveram que pedir aos Serviços que pudessem desenhar os percursos de transportes que seriam necessários para responder a estes alunos e, tudo isto não é possível fazer nem num dia, nem em dois. Muito menos é possível que nos peçam esta resposta numa sexta-feira às 19h33, para na segunda-feira seguinte podermos ter a resposta a funcionar. Isto não é viável. Os serviços, mais uma vez, num tempo record, desenharam três percursos de transporte que dessem resposta. Estamos a falar de 17 a 20 alunos que vêm dos sítios mais díspares do Concelho, para Montemor e, por exemplo para Araze de e, foi preciso estabelecer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

três circuitos de transportes, foi preciso perceber se a transportadora conseguia ou não dar resposta e, portanto, tudo isto evidentemente demora algum tempo mas, no final dessa semana tudo estava tratado, contratualizado e nessa sexta-feira seguinte, dia 19, todos os encarregados de educação foram informados de que na segunda-feira seguinte, os alunos começavam a ser transportados.-----

----- Também nos admirou nesse dia, que muitos, para não dizer todos os encarregados de educação que foram contactados não sabiam que os alunos tinham que ir para a escola. -----

----- Portanto, o problema está sanado, está resolvido, as crianças estão a ser transportadas. Já agora informo que há cerca de meia hora atrás, fui contactado pelo Senhor Diretor do Agrupamento para me informar que me iria enviar até ao final do dia de hoje, uma nova listagem atualizada de alunos a transportar. Claro está, que eu aproveitei para lhe dizer que essa listagem, mesmo que chegue na próxima meia hora, não vai ser possível dar resposta já na segunda-feira, porque se isso implicar criar novos percursos, é evidente que eu tenho que perceber se a transportadora tem ou não capacidade para o fazer.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Comandante Municipal da Proteção Civil, Eng.º Hélder Araújo que disse: “Boa tarde a todos. A operação em questão é gerida com a CIM e Escola Superior Agrária de Coimbra, que são eles que fazem o acompanhamento técnico. A embarcação em questão, é uma embarcação da CIM e distribuída por 5 Municípios, onde o equipamento está afeto a um tempo específico durante o ano. Na altura, a equipa da Escola Agrária que estava a acompanhar as operações com as equipas informaram e comunicaram que devia ser feita e devia ser aberta. Porquê? Porque foi encontrada uma nova variante e nós temos uma outra espécie que ainda é pior que o jacinto, que para além de se dar em meios aquáticos, também se dá em meios terrestres e, também é sensível ao sal, pelo que foi solicitado pela equipa da Escola Agrária que fosse feita a abertura da barreira de contenção para mais facilmente conseguir eliminar a outra variante também exótica. Entretanto, também nessa altura e, com os caudais mais elevados, também foi solicitado à APA a abertura da estrutura porque a montante havia uma estrutura de madeira que devido aos caudais elevados, estava em risco de colapso. Para não causar mais problemas à estrutura existente foi feita uma abertura rápida da estrutura que fazia a contenção.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Diretora de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.ª Isabel Quinteiro que disse: “Boa tarde a todos. Relativamente à questão do prazo da Rua Dr. Joaquim Pimenta Simões, informar que a obra estava inicialmente prevista para terminar a meio de março entretanto, a empresa veio pedir uma prorrogação de prazo de 15 dias e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

portanto, apontava-se para a conclusão dos trabalhos no dia 04 de abril. Acontece que, entretanto, os serviços já receberam um pedido por parte da empresa que, face ao facto de alguns trabalhadores neste momento estarem infetados com COVID-19 e, também, devido ao facto de o pavimento, neste momento, devido às condições climatéricas, as bases estarem completamente encharcadas não tem condições para se fazerem os trabalhos de forma a que fiquem bem executados e bem compactados. Portanto, nessa medida, eles pediram 30 dias de prorrogação e, provavelmente os serviços irão propor que se conceda essa prorrogação para se concluírem os trabalhos portanto, aponta-se para finais de abril, início de maio para conclusão da obra. -----

----- Não sei se é oportuno também informar que para além dessa, também temos outras empreitadas em que estamos a passar pela mesma situação portanto, há queixas de facto, de que há trabalhadores infetados, não é só aqui no Concelho, é por todo o país e estamos de facto, com as obras atrasadas por esse motivo.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Divisão de Edifícios, Infraestruturas, Equipamentos Municipais, Eventos e Apoio às Juntas de Freguesia, Arq.º António Pinheiro que disse: “Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes. -----

----- Relativamente aos semáforos de Tentúgal, efetivamente já estão há algum tempo sem funcionamento mas deve-se ao seguinte facto: Estamos a falar de uns semáforos antigos, com cerca de 20 anos, consultámos a empresa que tem a manutenção daquele equipamento, que é uma empresa de Lisboa e, neste período de confinamento tem sido difícil eles deslocarem-se ao local. Na altura, a manutenção e a reparação deles levava algum tempo e, chegaram à conclusão que não era de todo viável. No mesmo momento que obtive esta informação, falei com o Senhor Presidente que me ordenou a colocação de uns semáforos novos, fizemos o procedimento e a empresa era para ter iniciado os trabalhos esta semana. Não iniciou, eu aguardo pelo início da próxima semana para fazer um novo contacto. Portanto, vamos ter uns semáforos novos em Tentúgal.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “A minha intervenção tem a ver com a página 24, com o contrato 148 que é na parte dos contratos que é o seguinte: contrato de prestação de serviços, por consulta prévia, para serviços de assessoria para realização de inventário físico de existências e apuramento de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

responsabilidades da ABMG no Município de Montemor-o-Velho portanto, este contrato é feito com a ReportMaxi, Consultores Lda., tem um valor de 74.300,00€, mais IVA, o que vai para um valor de cerca de 91.000,00€. A minha questão é: qual é a situação que pode justificar um contrato desta natureza, primeiro para a realização de um inventário físico, quando aquando da constituição da sociedade, foi feito o inventário, andaram equipas a fazer inventários, volta e meia recebemos outra vez aqui contratos de prestação de Serviços para fazer inventários mas, o que é que está a ser inventariado que nunca mais termina? Essa é a primeira questão e depois, o que é que é isto de existências e apuramento de responsabilidades? Que tipo de responsabilidades? O que é que aconteceu? Primeiro para perceber uma empresa de consultadoria, que tipo de apuramento é que vai fazer? Responsabilidades do quê? E, depois, a questão mais importante de todas, como é que, depois de mais de um ano de uma empresa em funções, que tem capitais próprios, que tem tudo, o Município continua a injetar 100.000,00€ num contrato deste tipo. Portanto, gostaria de ver esclarecida esta questão e, também gostaríamos de ter acesso ao contrato.” -----

----- Pediu a palavra o membro Marcelo Ferreira (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente, voltando aqui um pouco atrás e, relativamente às vacinas, é só para dizer que aqui é que é o sítio certo para falar dos vários temas e, o Senhor Presidente da Câmara, não pode levar a mal porque, aqui na Assembleia Municipal é que temos que falar nessas coisas. Eu também sei muito bem, que a vacina da AstraZeneca é só para pessoas a partir de 65 anos mas, houve outros bons exemplos, por exemplo Cantanhede, Figueira da Foz, que tenho aqui, que as sobras foram para Bombeiros e forças da autoridade. Pelo menos é o que consta na comunicação social.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Ponto número um: não fiquei nada convencida com as explicações que me foram dadas. Relativamente ao Senhor Presidente, o pequeno extrato que fiz do Expresso, é claro que não podia trazer para aqui a notícia toda, recomendo a leitura, senão estaria aqui toda a tarde a ler. -----

----- Relativamente àquilo que me foi dito e aquilo que me foi lido, aquela informação da DGESTE em relação a esta criança, eu já sabia, toda a gente sabe. O que eu quis trazer aqui foi um grito de alerta, por favor entendam-se, resolvam o problema desta criança que ela está a perder. Claro que eu comecei logo por dizer que a criança veio, o ano letivo já tinha começado, eles não assumem este custo, porque já tinham os transportes organizados, estamos a falar de Coimbra portanto, por favor, alguém ajude esta criança. Foi isso que eu quis dizer. Não é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

nenhuma crítica ao Senhor Presidente, é um pedido de ajuda. Por favor, ajudem esta criança. -

----- Depois, também realmente, eu ouvi com toda a atenção o que o Professor José Charro disse e, 44 tablets para um universo de 650 crianças, isto nem sequer dá para o escalão A e B portanto, o Município, já deveria ter, de facto, adquirido muitos mais tablets, que não é uma coisa nada cara por aí além, porque a seguir podia reforçar as escolas do 1.ºCiclo com esta necessidade premente e urgente nas salas do 1.º Ciclo para as crianças trabalharem. Portanto, eu não estou nada convencida. E mais! Chegou uma lista com cerca de 70 crianças e, agora aproveito para dizer que muitas daquelas não eram escalão A e B mas, são aquilo a que nós chamamos pobreza encoberta portanto, foram situações diagnosticadas pelos seus professores, estão a ter aulas com os telemóveis dos seus pais, dos seus primos e dos seus familiares. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a dourar aquilo que não é assim. Pelo amor de Deus, parem para pensar, as crianças necessitam, o Concelho necessita mesmo que se tivessem encomendado mais, ficariam já para futuro, para serem utilizados nas salas, é urgente essa situação e, portanto, deixo aqui também, não uma crítica mas, um apelo enfim, chamem-lhe aquilo que quiserem. Vamos investir mais nas crianças, elas merecem.-----

----- Relativamente aos transportes, também não fiquei convencida porque, sabemos perfeitamente que, por exemplo, a Junta de Freguesia de Arazede está a transportar os alunos da zona de Arazede e, portanto, se calhar, podiam ter-se estudado aqui outras soluções porque são dezassete alunos, não são assim tantos e, depois se calhar, com outras soluções com carros mais pequenos ou com carrinhas mais pequenas, rapidamente se tinham resolvido estas questões.-----

----- Jacintos de água, nada convencida. Efetivamente, deveriam ter sido retirados porque já percebemos que se abriu essa “abertura rápida” em madeira e, eles foram por aí abaixo, mais uma vez enfim, até chegarem à Figueira e morrerem com a água salgada.-----

----- Isto é só um aparte porque, realmente às vezes não vale a pena, nós temos que dizer que não estamos convencidos com as respostas e, foi o caso.-----

----- Relativamente à necessidade de técnicos, de terapeutas da fala, psicólogos, etc., que aqui também sugeri, porque há um bom exemplo, há várias Câmaras, eu acho que até é Mortágua que começa logo a trabalhar com as crianças no Pré-Escolar. Eu estou apenas a dar aqui o meu contributo, daquilo que eu acho que será importante para o meu Concelho. Porque não são só as grandes obras, os grandes investimentos, tem que se investir nas pessoas e tem que se começar pelas crianças, pelas mais pequenas, elas são o futuro, são o amanhã e, portanto, tudo aquilo que nós investirmos nas crianças, é uma mais valia para o futuro porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

é por aí que tem que se começar e, nomeadamente com o Pré-Escolar. Tem que se pensar seriamente nisso e o Município tem essa obrigação porque também tem essa competência.----

----- Depois, relativamente aqui aos contratos, eu tenho aqui várias dúvidas, uma das quais, é logo o contrato 138 que diz assim: “Contrato de aquisição de serviços, por ajuste direto, para elaboração do Plano de ação local para o controlo, contenção e erradicação dos Jacintos de Água..., no valor de 15.900,00€, mais IVA. Ora, a minha dúvida é, meus Deus, já estamos aqui com esta questão dos Jacintos de Água há vários anos, já existe efetivamente a tal máquina para os podar. Já existe, que penso que é correto, retirá-los da água e depois destruí-los não sei como mas, ainda temos de fazer mais uma aquisição de serviços para saber como combater esta praga? Ouvimos há pouco, o Eng.º Hélder falar que estão a trabalhar com a Escola Agrária de Coimbra, que têm laboratórios e que sabem, certamente, melhor do que eu, que sou uma ignorante nesse sentido, como combater essa espécie e a outra que ele falou que, enfim, também já existe. Portanto, ainda vamos contratar mais uma aquisição de serviços por ajuste direto, do dinheiro dos contribuintes e, já agora, eu gostaria de saber para o que é que isso vai servir. -----

----- Contrato 139 – Contrato de aquisição de serviços, por ajuste direto, para serviços de apoio técnico na área da gestão de recursos humanos, também 19.800,00€, mais IVA. Serviços de apoio técnico na área da gestão de recursos humanos? Eu fico pasma com aquilo que eu vejo aqui, de facto. Então, os recursos humanos não são geridos pelo Executivo, pelos Chefes de Divisão? É preciso estar a contratar uma empresa para fazer isto? Hoje em dia eu até chego àquele cúmulo de pensar que eu acho que mais valia que as Câmaras fossem privatizadas porque como contratam tudo o que é privado para trabalhar, não percebo bem esta lógica mas, se calhar estou um pouco antiquada.-----

----- Contrato 147 – Contrato de aquisição de serviços, por ajuste direto, para serviços de assessoria ao processo de planeamento e orçamento no Município de Montemor-o-Velho portanto, estamos a falar de 19.150,00€, mais IVA e eu, o que pergunto é: o planeamento e o orçamento não deve ser feito e proposto pelo Executivo Municipal, em trabalho com as divisões e todo um volume de pessoas que podem contribuir? Tem de se estar a adquirir um serviço para fazer isso? Sou franca, também não tenho tido atenção a isto, se calhar já tem vindo noutras informações escritas do Senhor Presidente e só agora é que eu reparei nisto. Porque, de facto, isto são valores que nos surpreendem pelo valor elevado que é, quando efetivamente para comprar 100 tablets a 150,00€ cada um, por exemplo, é um problema e, estamos a investir nas crianças pequenas e num Concelho que é pobre, com zonas paupérrimas, com pessoas a viver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

com muitas dificuldades, crianças que não têm uma mesa para escrever, nem para colocar o tablet, nem para fazer nada e, portanto, temos que investir nas crianças. Quando eu vejo estas coisas, eu de facto, fico surpreendida e, eu peço desculpa que isto é só um desabafo, porque realmente não consigo entender estas despesas. -----

----- Contrato 153 – Contrato de aquisição de serviços, por consulta prévia, para o Castelo Mágico 2020 – Natal em casa – produção de conteúdos digitais e comunicação, 31.000,00€, mais IVA. Eu acho que sim, hoje em dia, as redes sociais são muito usadas mas temos que minimizar o tempo que as crianças em frente aos monitores. Estamos a falar de demasiado tempo e ainda estamos a dar um Natal Mágico online, tudo bem, mas, se calhar não era preciso ter-se feito uma coisa tão grandiosa, se calhar, podiam ter dividido ao meio e ter comprado tablets. Podiam ter pensado: “vamos gastar 15.000,00€ no Natal Mágico e vamos canalizar o dinheiro para outras coisas que sejam uteis às crianças”.-----

----- Contrato 160 - Contrato de comodato de cedência gratuita do prédio denominado Pavilhão Gimnodesportivo, sito em Araze...com a AFA – Amigos da Freguesia de Araze. Nós percebemos aqui que é para retirar o amianto e sim, sem dúvida alguma, isso não está em causa. O que está em causa é que nós, no passado, alertamos aqui muitas vezes para a situação do amianto e isso foi sempre menosprezado. Afinal, é importante de facto, esta parte e aquele Pavilhão merece e as pessoas de Araze merecem essa atenção e essa remoção do amianto que é efetivamente prejudicial.-----

----- Castelo de Montemor-o-Velho. Eu li aqui na informação escrita do Senhor Presidente e, já tinha reparado, de facto, o grande trabalho que têm feito na remoção das heras e não me arrependo de ter sempre chamado a atenção aqui para essa situação. Acho que tem sido importante, acho que devem continuar e depois, reparei que depois de remover as heras e todos os arbustos que estavam junto às muralhas, as muralhas apresentaram fissuras. Claro que quanto mais heras e mais coisas tem junto, claro que não se vê e mais degrada, porque as muralhas estão degradadas. Eu chamo a atenção, eu vi aqui, a determinada altura que, neste âmbito, está em fase de estudo a realização de uma intervenção ligeira de colmatação de lacunas. Eu não sou técnica mas, como nos obriga agora a fazer o percurso por trás do castelo, aquela última muralha que está muito em cima da estrada, dizem que é uma intervenção ligeira, cada um é responsável por aquilo que escreve e por aquilo que diz, eu acho que oferece ali algum perigo, há ali algumas pedras sempre no chão, ou junto a ela ou um bocadinho mais à frente. Portanto, chamo a atenção para isso e, de facto, congratulo-me porque realmente era uma urgência a limpeza daquelas muralhas. O Castelo merece isso e, portanto, a Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

Municipal, como tem também essa responsabilidade, está a fazer o seu trabalho que, gostaríamos que fosse até um bocadinho mais rápido mas, é o que é. -----

----- Depois, eu passo para o Departamento de Obras Municipais e Urbanismo. De facto, já com algumas obras em execução, outras, nem por isso. Chamou-me aqui a atenção o valor que está aqui, que eu penso que é capaz de estar duplicado, que é construção reparação de pequenos prolongamento de rede de águas - remoção do sistema de rega da Urbanização Quinta de São Luíz, Pereira. Tem aqui um valor da adjudicação de 136.340,15€, mais IVA. O que é que acontece? Este valor está aqui mais à frente, com o mesmo valor, tem apenas a aprovação do PSS, um está a 08/10/2020 e outro está a 06/10/2020. Eu não sei se tratou de um lapso ou se isto são duas obras. Uma diz em execução a outra também, não sei se é a mesma coisa ou se se tratou de um lapso. -----

----- Depois tem aqui o furo, também no valor de 45.000,00€ e, queria aqui também chamar a atenção para uma outra coisa que a minha líder de bancada já disse, que é a questão da responsabilização. De facto, a ABMG ficou com as águas mas, o que nós continuamos a verificar é que a Câmara continua aqui com algumas despesas, tem aqui, por exemplo, pesquisa, captação de águas subterrâneas, construção de um furo em Abrunheira – valor da adjudicação 39.700,00€. Até que ponto é que terá que ser a Câmara Municipal ou, terá que ser a empresa, de facto a fazer esta despesa, uma vez que nós pagamos as nossas faturas de água à empresa e, como tal, a minha dúvida também é essa e que gostaria de ver esclarecida.” -----

----- Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “Também já aqui foi mencionado um contrato em específico mas, nós gostávamos de lançar aqui uns dados adicionais sobre esta informação escrita. Lendo a informação e a panóplia de contratos adjudicados ou concursados, chama a atenção da CDU dois contratos assinados em dezembro com a mesma empresa – ReportMaxi para assessorias na área do planeamento, orçamento, inventário físico, apuramento de responsabilidades da ABMG entre outras pois, parece que esta empresa é capaz de aconselhar em qualquer assunto. A CDU foi investigar sobre a mesma empresa e descobriu mais dois contratos com a mesma empresa. Um, em setembro de 2013 e outro em outubro de 2020, que para nosso espanto, confirma ser pau para toda a colher. Recordo que esta empresa é a mesma do Dr. Luís Cordeiro, embora seja a esposa a assinar os contratos, foi o mesmo consultor de serviço em todo o processo de alienação da água e saneamento. Desde o fim do mandato do Dr. Luís Leal, primeiro defendendo a concessão, depois, defendendo a intermunicipalização e o modelo da ABMG. Eventualmente pagando-lhe defenderá a remunicipalização. Vou relembrar os 4 contratos: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

----- - Ainda referente ao tempo do Dr. Luís Leal e, aqui em jeito de graça mas, falando a sério, quando ouvi o desabafo do membro Ana Cristina, talvez fosse melhor a privatização e aqui este primeiro contrato vai um pouco nesse sentido - contrato de apoio na concessão da rede de águas e saneamento no Concelho de Montemor-o-Velho, assinado ainda no tempo do Dr. Luís Leal, no valor de 74.500,00€, acrescentando o IVA, vai para um valor de 91.000,00€.-----

----- - O segundo é um estudo financeiro para ampliação do PLIA, no valor de 7.500,00€, que ascende a 9.225,00€ no total, este já referente a 27 de outubro de 2020.-----

----- O terceiro é assessoria ao processo de planeamento e orçamento do Município de Montemor-o-Velho, no valor de 19.750,00€ que ascende já com IVA a um valor de 24.292,00€.

----- - Também nessa data, tem um outro – assessoria para a realização de inventário físico e apuramento de responsabilidades da ABMG no Município de Montemor-o-Velho no valor de 91.000,00€, já com IVA. Francamente, não compreendemos como é que esta empresa é capaz de todas as consultorias, sejam referentes à água, saneamento, orçamento, planeamento, inventário físico ou apuramento de responsabilidades da referida empresa. Isto, para não lhe perguntar o que estão a fazer os juristas e os economistas do Município, pois parece que deixaram de repente, de saber fazer o seu trabalho já que estamos sistematicamente a contratar empresas externas para o fazer.-----

----- Sendo estes contratos ainda mais estranhos, uma vez que outros estão aí indicados na sua informação com consultorias muito semelhantes a estas que lhe falo, gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse sobre todas estas dúvidas acerca do historial.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Sobre o contrato 138, isto tem a ver com a elaboração de uma candidatura, que pode ser explicada pelo Eng.º Hélder se tiverem interesse. Aqui não tem nada de transcendente e, portanto, tem a ver com isso.-----

----- Quanto à questão da Psicóloga e da Terapeuta da fala, têm contrato, iniciam para a próxima semana.-----

----- Quanto à questão do contrato 139, esta empresa está a assegurar todos os concursos públicos de admissão de pessoal na Câmara. Porque são muitos. Com a Educação, os nossos Serviços não tinham capacidade para fazerem estes serviços.-----

----- Senhor Nuno Cardoso, não é possível ter a extensão de trabalhos e os serviços continuarem limitados de pessoal e portanto, temos que fazer esta e outras contratações.-----

----- Contrato 147, este é um trabalho que eu pedi aos serviços e que há muitos anos não têm capacidade para o fazer que é de limpeza total do orçamento da Câmara, eu já disse isto aqui, quando apresentei o orçamento, porque o orçamento da Câmara, já levou uma limpeza

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

profunda e queria estruturar o orçamento da Câmara de uma forma completamente diferente e também tem a ver com o orçamento participativo que está aqui incluído neste contrato e que implica um conjunto de trabalhos que não podem ser executados pelo Município. Se depois destas explicações quiserem ainda mais explicações técnicas, os Serviços estarão à disposição de o fazer. -----

----- Contrato 153 – Castelo Mágico. O Castelo Mágico é uma marca de Montemor que custa muito mais do que isto e nós não podíamos deixar morrer o evento, que é um evento que tem um cariz muito específico e, portanto, como foi visto, foram produzidos vídeos e outro tipo de promoções que não eram possíveis serem realizados na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e, portanto, nós tivemos que manter e queremos manter a promoção do evento para o futuro. -----

----- Quanto à questão dos tablets que está sempre aqui a ser referida, eu já disse e volto a referir: serão comprados todos os tablets e computadores que forem necessários para auxiliar quem quer que seja. Queiram os responsáveis de nos informar atempadamente da necessidade dos mesmos e os serviços terão a minha autorização para os adquirir. Lamento é que as intervenções que foram feitas pelo Professor Charro, não tivessem sido entendidas. -----

----- Contrato 160, este contrato é um contrato óbvio. Agradeço o facto de terem chamado a atenção deste contrato. Eu consegui que dois secretários se entendessem e que viabilizassem a recuperação de um pavilhão. Portanto, este contrato tem a ver com isso e tem a ver com um esforço muito grande que nós fizemos para que isto fosse possível. -----

----- Quanto ao contrato da ReportMaxi em relação à ABMG, é sabido que houve um período transitório na ABMG de cerca de um ano ou seja, a ABMG começou do zero, era uma empresa que existia no papel, planificada no papel e, por isso mesmo, ainda durante um tempo, os serviços da Câmara asseguravam parte das atribuições da ABMG e, assim foi acontecendo ao longo do tempo, até que a ABMG ganhou autonomia total e ganhou, digamos que, todos os seus recursos e foi isso que o Dr. Décio Matias lá esteve a fazer, foi que a empresa ganhasse autonomia, a partir do momento em que ganhou autonomia, saiu e, portanto, é essa fase que se reporta todo um conjunto de serviços que a Câmara prestou à ABMG, que vão ter que ser pagos pela ABMG ou seja, a ABMG não pode ser beneficiada por rigorosamente nada da Câmara, nem mesmo um parafuso que tenha saído dos estaleiros da Logística Municipal poderá deixar de ser imputado à ABMG. Ora, esse é um trabalho que não pode ser feito pelos Serviços e, eu quis que fosse feito fora. Já de agora dizer que, em todos estes contratos, foi assegurada a contratação pública e que foram ouvidas as empresas em função do valor. Aquilo que tinha de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

ser feito, foi feito. -----

----- Em particular sobre a ReportMaxi, não tenho nenhum problema, não tenho nenhuma afinidade com a ReportMaxi mas, há uma coisa que eu sei que é um *handicap* da ReportMaxi. É que desde há muito tempo conhece todo o inventário do Município, o sistema de águas, tudo, sabe tudo do Município. Para que tenham a noção, a mesma contratação foi feita no Município de Soure, não sei quem é que contrataram, foi feita outra contratação no Município de Mira e foi contratado um revisor Oficial de Contas para a ABMG, para validar toda esta inventariação. Este trabalho, já permitiu faturar valores que poderão ascender a 1.000.000,00€ e, portanto estamos a falar de um problema verdadeiramente impressionante e que eu, com muito gosto, posso aqui dizer, confio nesta empresa, apesar de existir antes de eu aqui existir. Também dizer que, eu estarei mais ou menos descansado porque eu sei que esta empresa tem o conhecimento necessário das coisas para que eu tenha uma relação de total transparência com a ABMG ou seja, eu sou Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e membro do Conselho de Administração da ABMG e eu já disse na ABMG e vou dizê-lo aqui: não quero que a ABMG seja beneficiada com um cêntimo da Câmara nem que a Câmara seja beneficiada com o que quer que seja em relação à ABMG e, portanto, a Reportmaxi tem, nos concursos ou nestas áreas uma vantagem incrível porque conhece todo o sistema de preços, porque trabalhava na Câmara antes e continuou a fazer alguns trabalhos porque há mais contratos. Poderá haver mais algum contrato por aí porque, efetivamente, nessas áreas financeiras, a ReportMaxi, consegue vir com um preço competitivo e consegue ficar com os contratos. Até agora, o Município, não se tem dado mal com a situação. Em particular, esta questão das águas, a ideia de que fez um trabalho para uma concessão, o trabalho foi o que lhe foi encomendado. Posso-lhe dizer que a ReportMaxi, por pressão minha, teve que transformar o trabalho na altura quando eu entrei na Câmara, que era para uma outra perspetiva, a CDU sabe, porque estava nessa altura próxima do Executivo. Eu tive que transformar esse trabalho para uma intermunicipal e, a empresa não tinha que o fazer e, chegou a acordo connosco e, portanto, reorientou o trabalho para que se passasse para uma empresa intermunicipal, exclusivamente de capitais públicos e que respeitasse as condições que eu sempre exigi e que politicamente, na altura, me foram exigidas para que se mantivesse no domínio público esta empresa e este serviço. -----

----- Os furos que o membro Ana Cristina Jorge referiu são para rega. Peço desculpa, eu ainda não acabei. A Senhora tem o mau hábito de não ser correta comigo. Os furos que refere são para rega e há um outro que já tinha sido iniciado antes da ABMG estar em funcionamento. Eu fiz questão, é um compromisso que eu tenho com as pessoas da Abrunheira e com as pessoas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

da Ereira de melhorar a qualidade da água. Com a ajuda do Senhor Presidente da União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, nós encontramos um espaço e, portanto, isto ainda foi feito antes de existir a ABMG e, nessa perspetiva, está a ser concluído. Para que tenha a noção, neste momento está a colocar-se a esta empresa, uma questão que é: o furo está feito, falta a instalação elétrica, faltam os equipamentos, que agora vão ter que ser suportados pela ABMG ou seja, a ABMG é que vai concluir esta operação. Há aqui um período de transição natural.-----

----- Eu penso que respondi a todas as questões e que não falhei a nada. Os serviços estão disponíveis para prestarem esclarecimentos técnicos.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Eu apenas queria dizer que eu não estava a fazer qualquer tipo de comentário. O que eu estava a perguntar, eu percebi que todo os outros eram furos de rega mas, este como não estava explícito, queria saber se este também era. Às vezes a minha tentação é para depois não lhe pedir a palavra a si para ser mais esclarecida e fazer aqui esta pergunta que acaba por ser um sussurro. Parece que estou a fazer algum tipo de comentário mas não, era só isto que eu estava a perguntar: se este também era de rega.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Um esclarecimento que eu acho que todos os membros da Assembleia merecem saber. Atenção que vamos fazer estes furos de rega e vamos fazer mais porque nós vamos passar a pagar a água da rega à ABMG, é preciso ter a noção disso e, por isso mesmo, é que há esta quantidade de furos e vai haver mais ou seja, nós vamos ter que fazer furos para não pagar à ABMG ou não regar com água tratada que indevidamente estávamos a fazer até agora, porque isto era um trabalho que já devia ter sido feito antes.”----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente, esta questão da construção, reparação de pequenos prolongamentos da rede de águas – remodelação do sistema de rega da Urbanização Quinta de São Luíz, eu queria saber se efetivamente isto está em duplicado ou se são dois furos.”-----

----- O PMAM deu a palavra à Diretora de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.ª Isabel Quinteiro que disse: “Relativamente à questão colocada dizer o seguinte: de facto, o furo de Pereira tem o valor de 45.000,00€ e, há um lapso na informação que foi prestada pelos serviços porque esse outro furo que aí está, teve de ser tomada decisão de revogação do contrato porque a APA deu parecer desfavorável à localização e, portanto, tivemos que abrir um novo procedimento e fazer uma nova contratação. Falta essa informação mas, que eu posso corrigir e disponibilizar aos Senhores deputados municipais, se assim for entendido.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Retomou a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Eu estou a falar neste que tem um valor de 136.340,15€ e, este valor está aqui duas vezes, tanto na página 92, como na página 95. Eu penso que esse furo que a Senhora Engenheira está a falar é um outro que está aqui à parte. Não sei se se tratou de um lapso essas duas referências ou se é mesmo assim. Esse que a Senhora Engenheira está a dizer, penso que é o da página 99 que diz: pesquisa e captação de águas subterrâneas – construção de furos – remodelação do sistema de rega – Urbanização Quinta de São Luíz, Pereira - Construção do Furo, valor da adjudicação: 45.160,00€.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Diretora de Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Eng.ª Isabel Quinteiro que disse: “Nós na Urbanização, temos três situações distintas: temos a construção da rede de rega que são 136.000,00€ e essa informação está correta, que foi a tal que teve a aprovação do PSS, salvo erro no dia 6, certo? Depois, temos uma informação que está incorreta que é a construção de furo de 136.000,00€, que é o processo que foi revogado e temos um novo que foi lançado de 45.000,00€. Houve um lapso, são duas obras com o mesmo nome.” -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 1.ª Revisão ao Orçamento 2021 e Grandes Opções do Plano 2021. -----

----- Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: A CDU só quer deixar aqui claro e lamenta que esta situação se venha aqui a confirmar. Isto diz muito e justifica muito o sentido de voto já em orçamentos na fase inicial. Esta não execução de um valor substancial de 5.000.000,00€ em ano eleitoral diz muito até da própria gestão do Município sobre estas questões. -----

----- A questão que temos aqui presente é, nós votamos um orçamento com diversas rubricas abertas para execução no ano transato, esse valores não foram executados na altura, eu acho que seria muito mais transparente se houvesse um comprometimento com os valores exatos que se pretendem executar e então, fazer um orçamento mais ajustado e transparente ao ano seguinte com um valor, para não termos sistematicamente estas situações de 4 em 4 anos.” ---

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Há aqui uma componente técnica que eu peço ao Dr. Cristiano para explicar, porque é que isto é feito e porque é que não pode ser feito de outra maneira e, há uma segunda componente que eu não concordo e discordo frontalmente do Senhor membro Nuno Cardoso, é de que eu não executo obra. Não é verdade! Precisamente para pagar a obra que está contratualizada e que transita de um ano para o ano, é que este valor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

vai servir ou seja, eu disse e comprometi-me com os Senhores e com os meus munícipes que não deixaria dívida na Câmara e, portanto eu faço uma gestão à vista ou seja, sempre com o propósito de pagar todos os contratos que celebro e não deixar dívidas para quem me vier a suceder. Portanto, naturalmente que não sendo executada a obra no ano em que eu queria, porque eu queria ter a obra terminada em dezembro, toda a obra que nós tenhamos concebido fazer naturalmente, que o dinheiro tem que transitar para que se possa solver e pagar as dívidas do Município. -----

----- Do ponto de vista orçamental ou técnico, agradeço ao Dr. Cristiano que explique de uma vez por todas e que esclareça isto. Isto não é uma questão de não executar obra, é precisamente porque o orçamento de 2021 tem que estar equilibrado, naturalmente que herda compromissos anteriores e, nós temos que assegurar a sua cobertura.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “A questão é simplesmente esta, para nós CDU é sempre, seria hipócrita se dissesse estranho, porque quando se chega a esta altura do ciclo eleitoral, temos sistematicamente estes valores. Eu sei que há obras que nem sempre se concluem dentro do prazo e eu acho que estas coisas deviam ficar mais transparentes, até na própria redação de diversos orçamentos, até na fixação dos próprios prazos de pagamento para que não tenhamos que lidar com estas situações.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Renato Moço Nogueira Ribeiro----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- António Augusto Santos Torres ----- A Favor-----

----- Nuno Filipe de Jesus Cardoso ----- Contra-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Tiago Dinis Santos Silva----- A Favor-----
 ----- Ruben Emanuel Jorge Soure ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama ----- A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira ----- A Favor-----
 ----- Maria Emília Batista Pimentel Rosa ----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves ----- A Favor-----
 ----- António Correia Pardal Bispo ----- A Favor-----

----- **Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento Municipal das Bolsas de Estudo.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----
 ----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----
 ----- Renato Moço Nogueira Ribeiro----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
 ----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----
 ----- António Augusto Santos Torres ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Nuno Filipe de Jesus Cardoso ----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira ----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca ----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----- A Favor-----
 ----- Tiago Dinis Santos Silva ----- A Favor-----
 ----- Ruben Emanuel Jorge Soure ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto ----- A Favor-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins ----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira ----- A Favor-----
 ----- Maria Emília Batista Pimentel Rosa ----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves ----- A Favor-----
 ----- António Correia Pardal Bispo ----- A Favor-----

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Regulamento da Biblioteca Municipal Afonso Duarte.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- VOTAÇÕES -----
 ----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----
 ----- Renato Moço Nogueira Ribeiro ----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----
 ----- António Augusto Santos Torres ----- A Favor-----
 ----- Nuno Filipe de Jesus Cardoso ----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira ----- A Favor-----
 ----- Luís António Girão da Fonseca----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- A Favor-----
 ----- Tiago Dinis Santos Silva----- A Favor-----
 ----- Ruben Emanuel Jorge Soure ----- A Favor-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- A Favor-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- António da Silva Ferreira ----- A Favor-----
 ----- Maria Emília Batista Pimentel Rosa ----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves ----- A Favor-----
 ----- António Correia Pardal Bispo ----- A Favor-----

----- **Ponto 6. Designar, sob proposta do Executivo Municipal, um Presidente de Junta de Freguesia/União de Freguesias representante das Juntas de Freguesia/Unões de Freguesia do Concelho - criação do Conselho Municipal de Saúde - Lei nº 50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência do exercício de competências para as autarquias locais e para as comunidades intermunicipais - Diploma de âmbito setorial Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

janeiro e Despacho nº 6541-B/2019 de 19 de julho e Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto.

----- Foi presente a seguinte proposta: -----

----- - Victor Manuel Pardal Monteiro – Presidente da Junta de Freguesia da Carapinheira --

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se, por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação:-----

----- - 23 votos a favor, 6 votos contra, 2 votos em branco e 1 voto nulo.-----

----- **Ponto 7. Proposta de recomendação - Saída de Montemor-o-Velho da empresa intermunicipal ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, apresentada pela CDU.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Relativamente a este ponto, foi solicitada a sua integração na Ordem de Trabalhos, pelo Senhor deputado da CDU, Nuno Cardoso que, naturalmente, tem a palavra.” -----

----- Usou da palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “A organização do PCP de Montemor-o-Velho tem acompanhado com elevada preocupação as notícias e as denúncias que têm vindo a público sobre a empresa intermunicipal de águas ABMG. -----

----- E mesmo que assim não fosse, a experiência da ABMG revela fragilidades e comportamentos que não são de todo aceitáveis: -----

----- 1. Em primeiro lugar, os estatutos são pouco claros e cuidados, cheios de segundos sentidos e lapsos jurídicos, depositando plenos poderes nos órgãos sociais designados, compostos pelos três presidentes de câmara no Conselho de Administração e outros altos representantes designados pelos mesmos executivos camarários na assembleia-geral, para a qual foram designados representantes das assembleias municipais, de Mira e Montemor, incluindo o Professor Fernando Ramos, com a exceção, não se sabe bem porquê, da assembleia municipal de Soure, que nomeou outra pessoa do gabinete da presidência, que tudo decidem e em tudo mandam, podendo delegar, por sua vez, os mais amplos poderes no diretor-geral, cuja existência e funções não estão previstas nem definidas no próprio documento constitutivo nem em nenhum outro que seja público. Exemplo de tal deselegância jurídica é, desde logo, a indicação da Sede da Sociedade, segundo os estatutos, no Largo do Infantário, em Montemor-o-Velho, onde nunca chegou a estar, embora seja lá que continua a figurar, optando os órgãos autodesignados por ir fazer melhoramentos profundos no elefante branco do pavilhão multiusos da Carapinheira; -----

----- 2. Em segundo lugar, nos mesmos estatutos, não foram acutelados os interesses do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

nosso concelho na definição do capital da ABMG. Com 26 000 habitantes, deixou-se colocar em paridade societária com o concelho de Soure, com 19 000 habitantes e, com o concelho de Mira, com 12 000 habitantes, dando o seu acordo à avaliação das respetivas redes de água e saneamento, que passaram a constituir o capital social e reservas da ABMG (seis milhões e noventa mil euros), em dois milhões de euros, os mesmos dois milhões de euros das outras duas redes dos outros dois municípios, substancialmente mais pequenos em dimensão e população, acrescentando-lhe 30.000,00€ por acionista, em dinheiro, certamente para fundo de maneiio inicial. Aliás, tal modelo parece tirado a papel químico da Empresa Intermunicipal de Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM – SA, ou vice-versa, que está igualmente a ser duramente criticada; -----

----- 3. No que se refere à contratação do ex-director-geral, Décio Matias, apresentado como o “Mourinho da gestão das Águas”, recrutado diretamente de seio dos vereadores do Partido Socialista de Montemor, sem concurso, por três anos, a quem foram concedidas condições remuneratórias equiparadas a presidente de câmara, violando o espírito consagrado na Lei 50/2012, conhecida como Lei das Empresas Locais, no seu artigo 30º, nº 2, que estabelece que os gestores da empresas locais não podem auferir salários superiores aos de vereador a tempo inteiro. Entretanto e inesperadamente, ao fim de menos de um ano, abandonou aquele cargo e regressou ao lugar de vereador da câmara, onde continuará a participar e a votar assuntos sobre a empresa, não explicando plausivelmente as razões para tão repentina desmobilização, deixando a sociedade aparentemente órfã de tão sábia orientação. Será que tal abandono teve a ver com algumas acusações que lhe têm sido feitas na praça pública?; -----

----- 4. Em terceiro lugar, também relativamente à contratação de 9 quadros superiores, do círculo político e pessoal dos três presidentes dos municípios fundadores da sociedade, três funcionário(a)s por cada presidente, entre os quais a antiga vereadora do PSD que se como foi confirmado pelo presidente da Câmara Municipal de Soure na última assembleia municipal daquele concelho, incluindo a antiga vereadora eleita pelo PSD que se transferiu para o PS no anterior mandato, contrariando grosseiramente os princípios estabelecidos da contratação pública e da transparência procedimental que o recrutamento de trabalhadores para a organização administrativa do estado e das empresas públicas exige; -----

----- 5. Em quarto lugar, é também de realçar que a criação da ABMG provocou um enorme caos no relacionamento dos seus serviços com os clientes, multiplicando-se as reclamações e as dúvidas sobre a gestão dos dados pessoais e bancários dos clientes, tendo havido cedência dos mesmos sem autorização dos titulares, bem como sobre as faturas e os seus critérios, incluindo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

as leituras, a alteração frequente das datas de pagamento, os atrasos inaceitáveis da chegada das faturas, muitas vezes já depois da data oficial de pagamento, obrigando a deslocações à sede da empresa com perda de tempo, dinheiro e riscos para a saúde, para além do aumento das contas a pagar, tantas vezes sem cabal explicação para que tal aconteça;-----

----- 6. De facto, este primeiro ano de atividade foi a prova cabal do amadorismo da estrutura e da desvantagem da sua criação para os cidadãos comuns, não tendo ocorrido melhorias na qualidade do serviço prestado nem nos respetivos preços. Mesmo sem alteração das tarifas variáveis da água e saneamento (embora a aplicação de consumos estimados subavaliados castigue o utente, no mês seguinte, perante consumos reais elevados, que atiram parte do consumo para escalões bastante mais caros), assistimos ao aumento exponencial das taxas fixas e da taxa de recursos hídricos, assim como à introdução de tarifas variáveis e de gestão para os resíduos sólidos urbanos, passando todos estes componentes a pesar quase 25% do total das faturas emitidas. Até podem vir dizer que o produto destas taxas fixas são para entregar à Câmara, à APA ou quem entenderem mas, a verdade é que estes aumentos foram introduzidos na vigência da ABMG, em momento de profunda crise económica e social, sem terem em conta os salários que não aumentam há 12 anos, assim como a condição deprimida da população. ---

----- Em suma, a leitura atenta dos estatutos e dos acordos de parceria entre os municípios de Montemor, Soure e Mira e a ABMG, assim como a prática de gestão da sociedade e da sua política de contratação pública, favorecendo amigos e correligionários e evitando o controle democrático da sua atividade, confirmam todas as dúvidas e reservas que levaram o PCP a votar contra a sua constituição, em 2018 e, suscitam as maiores interrogações que impõem a revisão dos pressupostos para a existência e continuidade da empresa. -----

----- Neste sentido, não pode o PCP deixar de dar a sua nota profundamente negativa à alienação do controle municipal da água e saneamento, propondo que se dê início imediato ao processo de saída e de dissolução da ABMG, voltando a entregar a gestão da água aos serviços camarários, que, não obstante os poucos meios que lhe eram disponibilizados, ano após ano, garantiam a qualidade da água e um serviço muito mais amigável da população do que aquele que foi possível testar com a empresa intermunicipal. -----

----- Por mais contas que os consultores pagos a peso de ouro apresentem, para a constituição, para o acompanhamento, para a defesa penal e consultoria jurídica de contratação de pessoal, etc., etc., não nos conseguem demonstrar as vantagens deste modelo, nem que a ABMG tem mais facilidade em pagar os 15 ou 20% de que as candidaturas aos fundos europeus exigem, para renovação e manutenção da rede de água e de saneamento, do que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

próprio Município. Nem que os quadros mobilizados e contratados para a sociedade têm mais competência do que os anteriores, ou que tal investimento anual, 150.000,00€ de capitais próprios por cada milhão de investimento realizado, represente algo de proibitivo ou inatingível para o nosso Município que imponha uma estrutura autónoma! -----

----- Concluindo, o PCP propõe a saída imediata do Município de Montemor-o-Velho da ABMG e a sua extinção imediata!”-----

----- Pede a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Eu vou fazer aqui também a minha intervenção sobre esta matéria que já é conhecida e, portanto, vai ser um pouco longa, porque de facto, a nossa bancada votou contra esta solução a 30 de abril de 2018 e, foram invocados vários argumentos para esse efeito. O desnorte que na altura enveredou este processo. O facto, também, do povo, em relação a esta matéria nunca ter sido ouvido. Foi uma solução que não veio estipulada no programa do Partido Socialista. Esta constituição, à nossa bancada, sempre suscitou muitas dúvidas e a primeira de todas era porque tomar este caminho e não outro, a escolha destes Municípios em específico, tendo eles uma posição tão frágil em relação a Montemor ao nível da cobertura de saneamento. O porquê de não ter sido feito um estudo prévio que nos permitisse verificar uma melhor solução para o nosso Concelho, não terem sido feitas sessões de esclarecimentos aos munícipes, ignoraram por completo os consumidores e podiam ter sido analisadas outras opções como já indicamos aqui muitas vezes, como a INOVA de Cantanhede ou as Águas Centro Beira Litoral por questões de proximidade geográfica, pelo seu saber, experiência, dimensão, escala que nos podiam dar e outras garantias de sucesso. Na altura foi-nos indicado que seriam prioritárias as entidades que agregassem um conjunto de Municípios ao nível dos fundos comunitários, não é evidente que fiquem totalmente fora aqueles que não estejam, porque até existem aqui Municípios do nosso Distrito que não estão agregados. Certamente que, também esses vão ter direito a ficar com fundos comunitários. O que pretendíamos e pretendemos para o Concelho é a melhoria efetiva dos Serviços que são prestados ao nível do abastecimento da água e saneamento, que exista uma melhor qualidade da água, que tenham menos roturas e, por consequência, menos faltas de água. Pretendemos que os nossos munícipes não verifiquem no futuro que serão aplicados aumentos nas tarifas que lhe são cobradas, que é o que já acontece e aí, concordamos com a bancada do PCP. -----

----- A captação de água superficial no rio Mondego, também foi sempre uma questão que levantou muitas dúvidas a esta bancada, pelo facto de não ser evidente a garantia da qualidade da água face aos pesticidas agrícolas dos terrenos envolventes do Baixo Mondego e aos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

poluentes emergentes oriundos dos esgotos da cidade de Coimbra, incluindo Hospitais Centrais. Considera esta bancada, que teria sido fundamental na altura, que o estudo apresentado tivesse em consideração todos estes cenários e, o principal problema que o nosso Concelho tem e continua a ter e, também não vai ficar resolvido com a ABMG, é o facto da rede de abastecimento de águas, que deveria ser renovada, tendo em conta os anos de construção e a deterioração que apresenta, bem como as perdas de água que ocorrem por via disto, contudo e, como já disse, esta questão não é uma questão prioritária no estudo que foi apresentado e no objeto social e aquilo que a ABMG vai cumprir. Esperemos que de facto e, agora, falando da parte do pessoal, aquilo que não esperávamos era que os cargos de gestão ou lugares que esta empresa viesse a criar não fossem as prioridades principais e as preocupações na estratégia e, aqui favorecendo sempre as questões políticas ou interesses pessoais, gostávamos de não ver isso retratado mas, é o que está à vista. Como tal, consideramos que não existe qualquer benefício na constituição da empresa intermunicipal, na forma como na altura nos foi apresentada e com aqueles Municípios em concreto. Depois, a questão do reflexo que isto vai ter nos próximos 40 anos que vai hipotecar a vida das gerações futuras. Concluímos na altura e, concluímos agora, que era um negócio duvidoso e ruinoso para o Concelho mas, é uma opção política do Executivo. Importa assegurar que a solução seja salvaguarda dos interesses do Concelho e, no entendimento desta bancada, na altura, não foi refletido mas, posto isto, hoje o que temos? Um ano após o funcionamento da ABMG, a empresa não tem capacidade para dar resposta, tem um mau serviço prestado, tem faltas de água constantes, o quadro técnico da ABMG não tem capacidade técnica e crítica para as questões que tem que tratar, para não falar do aumento da fatura da água. Esta bancada alertou sempre estas situações e o tempo veio-nos dar razão. Mas, hoje aqui, nesta Assembleia o que importa é pronunciarmo-nos sobre esta proposta de recomendação de saída do Município de Montemor-o-Velho da empresa intermunicipal ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, apresentada pela CDU. -----

----- O documento que nos chegou, era um documento com 4 linhas, fico contente porque agora ouvi o fundamento da recomendação porque ele não existia. Contudo, concordamos com muitas das razões invocadas pela bancada da CDU e pelas preocupações agora, aqui, só dar duas notas: - -----

----- Em relação à questão do pessoal, que já se levantou hoje muitas vezes, os estatutos são bem claros e foram aprovados em 2018. Esta parte, o sector da contratação do pessoal é sector de direito privado, não se aplicam aqui as regras da contratação pública. Portanto, os Municípios podiam, no meu entendimento, contratar quem quisessem, é evidente, por isso é que fizemos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

a recomendação no início da Assembleia que estando a falar de dinheiros públicos e de um serviço destes, que devem ser seguidas as boas práticas, agora não há lei nenhuma que os obrigue a fazer a contratação com base no âmbito da contratação pública. Isto foi apenas um parêntese. -----

----- Uma coisa que a nossa bancada se pautou e, por isso esta intervenção um pouco longa, é de justificar tudo aquilo que apresenta nesta Assembleia e, uma situação destas, ser colocada desta maneira, é uma situação que tem de ser equacionada de vários pontos de vista e a nossa preocupação, nós, eleitos locais, com responsabilidade numa matéria destas é saber quanto custa ao Município sair da ABMG. Qual é o valor indemnizatório que teríamos que pagar para exactamente, fazer o resgate desta concessão e, portanto, esta bancada não tem esses elementos e, também a recomendação da CDU não os apresenta. Portanto, o nosso sentido vai ser o da abstenção.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Temos vindo a perceber que a questão da ABMG, desde o início é delicada, tem sido controversa. Abstenho-me de comentários de ordem que, às vezes até penso que é de ordem pessoal quer dizer, acho que as pessoas estão a misturar um bocadinho a política, até políticas de Concelhos, que ainda há bocadinho foi referida para o Concelho de Montemor-o-Velho e, aquilo que se passa, se calhar até noutros Concelhos, para o Concelho de Montemor-o-Velho. Daquilo que me é dado a apreciar, quando olho para as faturas, começa por aí logo um facto que está na base e que não me parece correto estar a invocá-lo, é que a água em Montemor-o-Velho não subiu. De facto, há alguns custos que podem ser ligeiramente acrescidos e resulta de tarifas que foram impostas por lei a nível nacional. A nossa água e, o Senhor Presidente aquando da criação da ABMG chegou a falar nisso, que era uma imposição do próprio Concelho de Montemor-o-Velho e, eu também já reparei portanto, mantém-se, o custo não foi acrescido. Há, efetivamente, algumas tarifas mas essas em qualquer sítio do país, tanto fosse municipal ou empresa, seria exactamente igual. Temos uma empresa com um ano, é normal que todo este processo de transferência, que todo o funcionamento de uma empresa, no início não corra exactamente como as pessoas estão à espera, no entanto, também sei que a própria Câmara disponibilizou uma linha para tirar dúvidas sobre a questão das águas e que, até agora, acho que nem meia dúzia de pessoas chegaram a colocar dúvidas e questões relativamente ao serviço de águas, à fatura portanto, às dúvidas que poderiam ter. Também lamento que a fundamentação desta proposta não nos tenha chegado atempadamente. Não posso estar mais de acordo, quando digo que não está feito o custo da saída do Concelho de Montemor-o-Velho da ABMG, sabemos pela comunicação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

social e por aquilo que nos é dado a conhecer que Penacova, tinha intenção de sair e já está a recuar por causa dos custos. Não sabemos e, pelo menos para mim, sair nesta altura, não seria uma mais-valia face ao investimento e face a tudo aquilo que tem sido feito em termos de investimento da própria Câmara para que ao fim de um ano, ainda por cima, com factos que eu considero que não são totalmente verdadeiros, propor a saída do Município de Montemor da ABMG. A minha água não aumentou e, eu falo por mim, claro que aumenta, quando eu faço mais consumo, aí não há nada a fazer.-----

----- Logicamente que, por tudo isto, o PS irá votar contra esta recomendação.” -----

----- Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (PS) que disse: “Esclarecer já aqui que eu nunca falei no aumento das tarifas mas sim, das taxas fixas. Essas sim, houve de facto, um aumento. Estes dados são importantes. Eu acho que nós aqui temos vários dados que dão para analisar isto politicamente e, é politicamente que nós devemos analisar nesta sede. Nós, estamos aqui confrontados com um imbróglcio de problemas mencionados por vários munícipes, não estão satisfeitos com a nova solução encontrada, os problemas avolumam-se, as pessoas querem dar resposta a esses problemas, ainda mais, numa situação de pandemia, são confrontados com as dificuldades não só de se deslocar à nova sede, como de tentar reverter os seus problemas e as suas queixas. É-nos aqui dito e, acho impressionante que se diga isto: “e os custos? E se sairmos disto, quanto é que vai ficar?” O problema aqui foi criado pelo atual Executivo, isto também era um bom ato de transparência. Isto só funciona com a dissolução e se os três Municípios concordarem e, ao que parece, também temos relatos que nos outros Municípios, há muito descontentamento em relação a este atual sistema. O que nós revelamos aqui foi da comparação da dimensão do nosso Município, comparando com os outros dois que estão integrados. O nosso Município é muito maior e acaba por ter uma comparticipação que não é vista, tendo em conta a proporção dos outros Concelhos. -----

----- Aqui, para além de todos estes problemas mencionados, era importante que nos fosse dito: “sim, nós entrámos num problema que, agora, não sabemos por nós próprios resolver e, agora vamos acatar com todas estas consequências.” Nunca houve uma consulta pública da população, onde foi tempo, o processo foi empurrado à pressa. Lembramo-nos perfeitamente na primeira discussão que houve aqui sobre a constituição da empresa, os caixotes de documentos que nos chegaram a todos nós, para serem discutidos numa Assembleia Municipal, em que, independentemente do grupo, todos tinham que levar alguma conclusão, sem poder analisar o processo devidamente acautelado com a devida justiça, com a devida seriedade. “Vocês têm aqui milhares e milhares de páginas, consultem-nas e daqui a 10 dias dêem-nos a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

vossa resposta acerca da constituição desta empresa.” Eu acho que não é sério e, mais uma vez, por tudo o que nós alertamos aqui já neste comunicado, não é sério que estas coisas continuem tal como estão.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Agradecer a todos os membros e ao Senhor Presidente por me ter facultado essa possibilidade. Separar aqui a questão da avaliação política da situação e do direito de opinião e do direito à crítica e do direito àquilo que entenderem e, mais uma vez, a líder de bancada do PSD, cingiu-se à questão política, até deu ali um apporto técnico e isso merece o meu respeito. Eu vou fazer uma pergunta porque o membro Nuno Cardoso, merece o meu respeito e a minha consideração e admiração. -----

----- Quando diz que eu fiz um acordo com os Presidentes de Câmara para meter 9 pessoas, é uma pergunta ou uma afirmação sua? Desculpe é muito claro! Porque a seguir vou tomar uma providência. É que tem que ter cuidado com aquilo que lhe dizem ou com aquilo que lhe mandam dizer. Porque eu estou a ser muito correto consigo, porque tenho uma grande admiração por si. É uma pergunta ou uma afirmação sua?” -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “É-nos dado a conhecer o quadro pessoal da constituição da nova empresa. Sendo esta empresa constituída por estes três municípios, nós o que dissemos aqui, é que achamos estranho, falando das regras da contratação pública, seria muito mais transparente que esta admissão respondesse, até na própria constituição que nós, desde logo estamos em desacordo mas, respondesse a estes critérios, respondesse a critérios de um efetivo concurso para que estas pessoas, estando admitidas, passassem por todo um processo, para estarem a representar dignamente esses cargos de proximidade com os secretários executivos que integram este concelho. Eu acho que é só isto que está aqui escrito.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Nuno, eu tenho pena daquilo que lhe vou dizer a seguir. É que é falso aquilo que disse. Eu estou-lhe a fazer uma perguntar. Vou insistir, eu peço desculpa, eu tenho consideração por ele. O Senhor está a fazer uma afirmação ou está a fazer uma pergunta? É que é falso aquilo que o Senhor disse. Eu não fiz nenhum acordo com ninguém, nem meti nove pessoas, nem foram metidas nove pessoas, foram até metidas mais. Portanto, o Senhor faça questão de me esclarecer, porque a seguir eu vou ter que tomar uma providência, que é aquilo que eu vou ler a seguir. É uma pergunta ou uma afirmação sua? Eu não fiz nenhum acordo com ninguém. Os presidentes das Câmaras não fizeram nenhum acordo. Eu estou a ajudá-lo. Portanto, gostaria que me esclarecesse, se fizesse favor, porque eu não quero nada consigo. Eu quero é que me esclareça: é uma pergunta ou uma informação sua?”--

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

----- O PMAM deu a palavra ao membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “A questão que está aqui e eu acho que está bem claro, é a nossa estranheza desde logo, nós não interpelamos aqui o Senhor Presidente, a questão de fazer perguntas ou afirmações. É a nossa estranheza em relação a estes elementos. Os elementos presentes na constituição desta referida empresa. Eu não vou dizer que “fulano X” ou “fulano Y”, foi diretamente colocado pelo “fulano Z”. A questão aqui é clara e, eu desde logo disse isto aqui no documento, a questão aqui é clara. Achamos é muito estranho que os referidos elementos que integram esta constituição da empresa, sejam do ciclo próximo dos executivos, sem por si só, até podem ser as pessoas mais competentes do mundo, não digo isso mas, devia haver um concurso efetivo porque, como esta empresa foi constituída, nós desde logo discordámos, representassem e tivessem um curriculum condizente com o efetivo cargo que vão desempenhar ou experiência demonstrada. Eu não estou aqui a dizer que foi “fulano X” ou “fulano Y” que meteu lá o indivíduo Z. A questão aqui é muito clara, é a nossa estranheza em relação a estes elementos aqui.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Muito bem, então vou dividir a minha intervenção, numa intervenção política e de resposta política a todas as questões. Eu vou tentar ser muito sucinto. Nas questões que eu aqui fiz questão de esclarecer e agradecer o facto de ter percebido aquilo que eu queria dizer e, portanto, a primeira nota, é de que a ABMG para mim, continua a fazer todo o sentido e hoje, é uma questão política a manutenção ou não e, portanto, nós podemos discutir sempre se mantemos ou não mantemos, se foi uma boa opção, se foi uma má opção, o julgamento político dessa questão, dependerá dos eleitores e das pessoas. Há várias questões que aqui foram levantadas como fundamento para a recomendação e que importa, de uma forma muito clara e muito sucinta dizer que não estão devidamente avaliadas e devidamente ponderadas pelas pessoas que o afirmaram. -----

----- Em primeiro lugar, o Município de Montemor poderá sair da ABMG mas, tem que se perceber que não pode ganhar ou estar numa determinada situação e depois, sair e deixar os “outros pendurados”, como se costuma dizer e, passo a expressão numa situação em que nós tivemos de acordo, em que nós quisemos “o casamento” e, portanto, nessa perspetiva, temos que ter bom senso nestas afirmações. Uma coisa é aquilo que as pessoas na rua afirmam no facebook e fazem os seus comentários de uma forma entusiasta, outra coisa é o ataque pouco digno que fazem aos intervenientes na ABMG, aos técnicos, às pessoas e, portanto, as pessoas que integram a ABMG são técnicos, são operários, são trabalhadores, não são pessoas políticas e, portanto há a primeira nota a fazer que é proteger as pessoas. Temos que proteger as pessoas que não têm culpa nenhuma de estarem lá e, quero dizer que a ABMG já demonstrou para mim,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

que até sou minimamente exigente, que já neste momento e, com todas as dificuldades, que é nascer do zero, nascer do papel, nascer daquelas caixas de documentos, já demonstrou uma maior eficácia e eu, quero dizer que, com muita satisfação, eu consigo ver a reparação de roturas em muito menos tempos. Os Municípios levavam meses a reparar roturas, hoje reparam-se muito rapidamente. Temos na ABMG, cerca de 10.000.000,00€ de investimento programado para os vários Concelhos, com financiamento comunitário. Temos pessoas vocacionadas, a serem preparadas ou já com experiência muito específica naquela área, porque nós estamos a tratar de um setor muito específico, que não podia ser tratado nas Câmaras. É evidente que aqui existem vários conceitos políticos e várias conceções políticas, que nós podemos ter. Eu concordo com o Nuno que ele possa ter a ideia dele sobre a gestão das águas. Concordo com a Dr.ª Maria João, que possa ter outra ideia diferente mas, isso é a discussão política. Outra é o argumentário pouco digno que se vai fazendo por aqui e, por acolá e que só visa cumprir uma agenda política, porque estamos em ano de eleições e que visa uma outra coisa que já aqui foi aflorada que são guerras políticas noutros lados, noutros territórios e que estão a ser transportadas para aqui por arrastamento. Portanto, o meu primeiro apelo é que as forças políticas do meu Concelho, tenham a elevação necessária para continuarem a discutir o problema politicamente. O Nuno e o Partido Comunista de Montemor, vão continuar a estar contra à constituição da Intermunicipal da ABMG e eu, tenho que os respeitar, como ele tem que me respeitar a mim, quando faz algumas afirmações como membro do Conselho de Administração, no mínimo isso. -----

----- Segundo, eu vou ter que continuar a ter que prestar contas e, a ter que prestar esclarecimentos mas, com uma coisa que tem que acontecer no futuro, com a minha total liberdade, sem o ónus de andar um grupo de pessoas, comandadas não sei por quem, de Assembleia, em Assembleia, a fazer gastar dinheiro ao erário público, é verdade aquilo que eu estou a dizer, porque nós temos que perder muito tempo com estas pessoas, quando na verdade, a agenda não é a melhor qualidade da água, a agenda não é uma melhor gestão do setor das águas, a agenda não é sequer hoje, já mudaram o discurso, já nem sequer é, a existência ou não da ABMG. Eu não me admiro que o Nuno e o PCP, peça que saíamos da ABMG, porque sempre foi essa a posição e é legítimo, é um discurso, uma divergência política e, portanto, nós podemos ensaiar a saída da ABMG mas, temos de ter razões para isso. Já aqui foram dados argumentos, eu vou tentar resolver alguns. Não houve nenhum aumento das tarifas da água. O tarifário é o mesmo, foi uma imposição nossa. Aquilo que foi corrigido, foram as imposições que seriam impostas se fosse a Câmara Municipal de Montemor a gerir a água ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

se fosse a ABMG a gerir a água. Quando as pessoas dizem “aumentou a fatura da água”, é verdade que aumentaram as faturas da água porque aumentou o consumo. Mais! Houve também problemas na própria implementação da ABMG, na transferência de sistemas, a COVID-19, na implementação daquelas isenções, daquelas medidas COVID-19 que nós tomamos em relação à água e, por exemplo as pessoas, se calhar não tiveram noção que no Município de Montemor, têm um mês a menos, que não pagaram um mês. Ainda não perceberam isso! O que é que acontece? Também, houve aqui períodos de faturação maiores do que o próprio mês ou seja, as leituras foram feitas, em vez de ser a determinados dias, foram feitas a mais dias e, portanto, nós sabemos e temos consciência de que nem tudo correu muito bem. Nem pode correr bem numa coisa destas porque, corre sempre mal, tem sempre vicissitudes, há sempre um conjunto de problemas que acontecem na instalação de uma nova empresa. Mas isso, pode ser criticado, pode ser sancionado até pelos munícipes eleitores, o que não é admissível é que esses tipos de situações sejam transformados em acusações crime, em difamações e calúnias às pessoas. Eu vou à ABMG e não ganho 1 cêntimo por ir à ABMG. O meu vencimento é o vencimento de Presidente de Câmara e, acreditem que, no ano de implementação da ABMG, era ABMG, ABMG! E eu nunca deixei de assegurar o meu trabalho na Câmara e, eu trabalho muito na Câmara. Portanto, não é correto misturar interesses obscuros com opiniões e posições políticas. Esta é uma crítica que eu faço à exposição que fez. -----

----- Mais! A captação do Mondego é determinante no futuro. Muitas vezes acusam-me de não planificar o futuro. Isso não é verdade. Muitas vezes até sou acusado de não viver o presente, estou sempre noutra fase mais à frente. Mira, pela primeira vez e, estamos a falar da ABMG, não teve falhas de água no verão. É certo, podem-me dizer que não estava lá tanta gente como habitualmente mas, não teve e, eu sei e, é este tipo de respeito que têm que ter pelos técnicos e pelas pessoas que não são o Emílio Torrão, o Raúl, nem o Mário Jorge, esses são políticos, podem ser criticados politicamente mas, os técnicos, as pessoas que trabalham na ABMG, que passavam horas e horas, durante a noite, muitos deles sem pedirem horas extraordinárias, a resolverem problemas em Mira, em Soure, em Montemor, porque nessa altura, ainda não tínhamos tudo montado, como hoje já existe. Mesmo em Mira, estou a falar de Mira, já iremos a Montemor, a qualidade da água de Mira também melhorou, isto só é possível neste intercâmbio, nós estabelecemos prioridades e continuamos a ter a gestão pública da água, em particular. Em Montemor, houve reforços muito significativos na resposta de roturas e de problemas no abastecimento. Mais! Foram detetados roubos de água que foram participados criminalmente, que existiam há muitos anos. Em Montemor., foram, resolvidas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

questões mecânicas e elétricas que antes demoravam muito tempo a resolver. A questão da captação de água do Mondego, torna-se mais premente. Muito recentemente, nós tivemos uma situação em Soure, que foi notícia em todos os jornais, de uma das principais captações que meteu água barrenta. Nós temos Fonterma, temos um furo que colapsou, que já morreu. Nós estamos a ter a diminuição dos níveis freáticos nas captações e, portanto as captações subterrâneas estão condenadas e, a ETA do Mondego, que é uma das razões da ABMG, continua a ser plenamente justificada, tenhamos nós o financiamento comunitário que precisamos para a construir, que custa 8 ou 9 milhões de euros e, quero dizer aqui, há um erro que está a ser cometido: é que a água não é captada no Mondego mas sim no canal que é abastecido antes da poluição e, já de agora, se este argumento não for suficiente, é do mesmo sítio onde a Figueira da Foz abastece, é do mesmo sítio onde a água é captada na Figueira da Foz e, portanto, aquilo que propusemos para a ABMG é efetivamente a melhor e a única solução para o futuro e, com uma visão a 40 anos. Mais! Se nós queremos garantir os tarifários, terá que ser com a ABMG porque de outra forma não era possível mas, isto são discussões que podemos ter e que podemos não estar de acordo.-----

----- A questão do atendimento. Nós estamos a fazer atendimentos nos três Municípios. A ABMG existe e foi colocado à disposição dos munícipes o atendimento nos três Municípios e, portanto, nessa perspetiva, não há uma diferenciação. Montemor ainda fez outra coisa, disponibilizou uma linha de telefone para que as pessoas pudessem esclarecer a sua fatura. Porquê? Porque nós detetamos que as pessoas depois de serem devidamente informadas e que a fatura fosse explicada, as pessoas percebiam que não estavam a ser enganadas, que a água não aumentou, eu estou a falar isto para que vocês possam também formular a vossa opinião. Foi o único Município que o fez, disponibilizei uma linha telefónica para que as pessoas pudessem esclarecer a sua fatura de água, adjudiquei um trabalhador da Câmara que não transitou para a ABMG, que tem esse conhecimento e, que também aproveito aqui para agradecer porque ele foi impecável, porque esteve disponível a todo o tempo para estar ali a esclarecer dúvidas e foi um número extremamente exíguo de respostas que tivemos, se calhar as minhas duas mãos, chegam para contar os números. Portanto, há que distinguir este ruído daquilo que é verdadeiramente essencial. Eu continuo a achar, a pensar, que em economia de escala, a ABMG tem plena justificação. -----

----- Também, quero aqui deixar um outro esclarecimento. Uma das motivações da constituição das ABMG foi que, efetivamente, nós não poderíamos concorrer a fundos comunitários e, não, não podíamos. Eu já desafiei o meu Executivo, porque esta questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

também foi colocada no meu Executivo, a dizerem-me qual foi o Município que teve nos últimos dois anos, fundos comunitários aprovados na área da água e saneamento, que não tivesse integrado em intermunicipais ou agregado. Não há nenhum! Houve, efetivamente e, eu já tive oportunidade de esclarecer, uma intervenção do Senhor Ministro do Ambiente, que causou aqui alguma discussão mas, também já foi prontamente esclarecida e, os factos estão aí. Os avisos que abrem e que abriram, nunca admitiram nenhum Município para se candidatar e, Senhoras e Senhores membros da Assembleia, nós não podemos continuar a expandir a nossa rede de saneamento, a fazer a monitorização das fugas de água e a melhoria do sistema, sem a ABMG, sem estarmos agregados e sem financiamento comunitário. Podemos pensar que sim mas, não é possível. Não é possível construir a ETA, não é possível continuar a expandir o saneamento sem financiamento comunitário. Portanto, venham lá inventar o que quiserem, até agora ainda não me conseguiram demonstrar que a ABMG não é necessária. -----

----- Quanto às questões que foram já abordadas e que eu deixei para aqui. Continuo a entender e a defender com a minha convicção, que a ABMG é a melhor solução para a defesa da melhoria na prestação de serviços do abastecimento de água e saneamento do Concelho de Mira, Montemor e Soure, não tenho dúvidas e, por isso a solução que foi preconizada da constituição desta intermunicipal era aquela que melhores condições tinha para defender os interesses dos cidadãos e munícipes do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- A ABMG é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza empresarial que integra o setor empresarial local.-----

----- As empresas locais encontram-se submetidas a um regime geral privado, que apenas contemplam algumas regulações de carácter público, expressamente previstas e com enumeração taxativa para proteger os fins de interesse público prosseguidos por tais empresas.

----- O regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei 50/2012, de 21 de agosto, aplicável à ABMG, apenas define que o regime de contratação de pessoal, está sujeito ao código de trabalho ou contrato de trabalho – artigo 28.º e, também podem confrontar o artigo 21.º sobre a natureza. Não existe qualquer norma que obrigue à contratação de trabalhadores para empresas locais sujeita a regras de direito público. -----

----- A contratação pública não se aplica à contratação de pessoal. Concordo com aquilo que disse a Senhora membro da Assembleia e, logo que foi possível, isso foi cumprido na ABMG ou seja, publicidade e todo um conjunto de situações que, com muito gosto e, logo que tivemos as pessoas para o fazer e para a garantir, não eram três Presidentes que o fariam, quando tivemos condições para o fazer, fizemo-lo porque, como ela disse, eu também sou da mesma opinião,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26***

fazemos o melhor que pudermos pela transparência e, portanto, como eu disse, não existe qualquer norma, o que também seria muito limitador da eficácia e eficiência que se pretende atingir com a constituição destas empresas locais, se é para ser feito como a Câmara não vale a pena. Já de agora, não tenham ilusões. Nós vamos ter eleições, nós vamos por isto à discussão dos eleitores, se quiserem, no programa eleitoral: dissolução da ABMG ou continuação da ABMG e eu quero perceber, porque falar atrás de um computador no facebook ou até mesmo aqui, é muito diferente de tentar encontrar alguém no meio das águas, estes técnicos bons, que venham pelos vencimentos da função pública. É preciso perceber que nenhuma empresa das águas que existe e, atenção que já a esmagadora maioria dos Municípios estão agregados e, é preciso perceber como é que é o mercado de trabalho nesta área e, portanto, é muito fácil falar, fazer e acontecer mas, depois, concretizar é que é difícil. -----

----- Não menos importante é o facto de que para outras entidades da administração pública de carácter eminentemente privatístico, como os institutos públicos, o legislador prevê expressamente a sujeição de relações laborais a procedimento público prévio, o que não se verifica no caso destas empresas locais. -----

----- Nesse sentido e, no respeito pelas leis das empresas locais que não diz o modo de recrutamento, não diz lá em lado nenhum, como acima se explanou, a administração deliberou proceder à contratação imediata de um trabalhador para cada uma das áreas entendidas como mais importantes e prementes em função do organograma da empresa à data e, tais contratações tiveram por base uma análise crítica de inúmeros currículos que se mostravam adequados ou importantes para o preenchimento daquelas áreas específicas. -----

----- Mais acrescento que e, sublinho, não fiz qualquer acordo com qualquer interessado, nem muito menos com qualquer membro do conselho de administração da ABMG, ou com quem quer que seja, para integrar qualquer trabalhador no quadro daquela entidade. Não fiz! É mentira! É falso! Não fiz qualquer acordo e, reservo-mo para mais tarde perceberem porque é que isto até é fácil de desmontar. -----

----- Pelo exposto, o nosso entendimento foi, que na ABMG, fossem feitas estas contratações no respeito pela Lei e que serviriam naquele momento uma necessidade premente e, têm que ser enquadradas naquele preciso momento, no momento zero, não é em qualquer outro momento. Portanto, as contratações serviram para resolver um problema imediato, naquele contexto específico. Está em atas. -----

----- Agora, vamos falar aqui de uma coisa que me deixa muito triste. Apesar de não haver nenhuma irregularidade, temos conhecimento (os Presidentes) que durante uma reunião da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

Assembleia Municipal do Município de Soure, eu tenho vídeos, eu tenho tudo, bem como nas redes sociais e na comunicação social foram proferidas declarações pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Soure, bem como por diversos membros do alegado movimento, que considero inqualificáveis e que muito extravasam o direito de crítica, opinião ou participação política, não se vislumbrando em lado algum, os factos que me imputam a mim e a outros Presidentes ou membros do Conselho de Administração, que o Senhor Presidente da Câmara de Soure, tenha em algum momento proferido, o que já hoje foi aqui repetido nesta Assembleia, dos nove elementos, três por cada um. Eu não vi em lado nenhum, o homem não podia dizer aquilo porque não era verdade e, portanto, nessa perspetiva, há uma conduta ilícita que aqui tenho que denunciar, é que eu não posso ser difamado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Soure, nem o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Soure, tem legitimidade para mandar divulgar por todos vocês, uma prática alegadamente criminal de factos que eu não pratiquei. Se vocês virem o vídeo e o que está escrito e assinado por esse Senhor, não veem em lado algum que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure tenha afirmado aquilo que ele diz que afirmou e que ele repetidamente afirma e, portanto, há uma coisa que eu tenho de dizer aqui, o que é de Soure, fica em Soure; o que é de Montemor, discute-se em Montemor e, eu estou aqui para discutir cara a cara convosco. Agora não gosto de cumprir agendas políticas convosco ou outros interesses obscuros que aqui estão presentes. -----

----- Destacar aqui a intervenção identicamente de qualidade e de grande elevação política do membro do PSD da Assembleia de Soure, que fez a pergunta, ouviu e, não recebemos mais nada e eu tenho conhecimento que não fez mais nada. Foi esclarecido e não fez mais nada. Agora, não mandou divulgar um conjunto de factos, até podem ter ali alguma coisa de verdade, aqui ou acolá mas, juntos têm um contexto completamente diferente. Eu não fiz nenhum acordo com ninguém. -----

----- Portanto, em política não vale tudo. Há limites absolutamente intransponíveis e eu fiz questão, aqui, de mostrar que prezo muito quem está aqui nesta sala e aqueles que me estão a ouvir. - -----

----- Após estes Senhores terem apresentado várias queixas, continua na praça pública, o ataque pessoal gratuito e o ataque à honra dos Presidentes da Câmara dos três Municípios que integram a ABMG, os quais continuam a ser massacrados publicamente de forma gratuita. Nós podemos ter ideias divergentes mas, a minha dignidade não está à venda, nem está em saldo. Nem o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Soure pode afirmar o que repetidamente afirmou, está gravado e escrever aquilo que escreveu. Perante essas acusações ofensivas ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

meu bom nome, que são completamente despropositadas e sem justificação, irei encetar diligências de carácter judicial e de carácter político, para defesa do meu bom nome e da minha honra e da minha dignidade e, por isso, Senhor Presidente, desta carta e do conteúdo vídeo, quero cópia autenticada para os fins que eu entender por convenientes e pagarei os custos do mesmo.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Senhor Presidente, nós não recebemos nenhuma carta.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Estava lá. Foi remetido o vídeo através de link e o ofício estava na DROPBOX. Todos receberam.” -----

----- Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Peço desculpa, fui eu que não vi”. -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi rejeitada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- Contra-----

----- Renato Moço Nogueira Ribeiro----- Abstencção-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- Contra-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- Contra-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- Abstencção-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- Contra-----

----- António Augusto Santos Torres ----- Abstencção-----

----- Nuno Filipe de Jesus Cardoso ----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- Abstencção-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- Contra-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- Abstencção-----

----- Marcelo Gustavo da Silva Ferreira ----- Abstencção-----

----- Luís António Girão da Fonseca----- Contra-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- Abstencção-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- Contra-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- Contra-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- Contra-----

----- Bruno Miguel Nunes Ferrão----- Abstencção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- Tiago Dinis Santos Silva----- Contra-----
 ----- Ruben Emanuel Jorge Soure ----- Contra-----
 ----- Elisa Maria Sá Pinto----- Contra-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- Contra-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- Contra-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- Contra-----
 ----- Joaquim Neves Martinho ----- Contra-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama ----- Contra-----
 ----- António da Silva Ferreira----- Contra-----
 ----- Maria Emília Batista Pimentel Rosa ----- Contra-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- Contra-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- Contra-----
 ----- Carlos António Cristino Alves ----- Contra-----
 ----- António Correia Pardal Bispo ----- Contra-----

----- **Declaração de Voto da CDU:** -----

----- Pediu a palavra o membro Nuno Cardoso (CDU) que disse: “Sou aqui forçado a dar alguns dados importantes. -----

----- - A constituição desta empresa e até o Senhor Presidente remeteu logo para a questão política, então vamos logo para a questão política. Nós, nunca ouvimos por parte do PS na anterior campanha, falar da constituição de uma empresa intermunicipal de águas. Esta empresa fica ferida no ponto de vista da sua constituição e da sua proposta política de não ter sido incluída num projeto, assim com esta relevância. Nós estamos a falar de um período temporal de 40 anos o que só nos pode deixar preocupados e que nos vai deixar reféns de sucessivas direções em que sabemos como é que começa e não sabemos como é que acaba e, estas empresas como nós sabemos e o negócio das águas, vai ganhando uma preponderância cada vez maior ao longo dos anos e não sabemos, no futuro em que mãos é que isto pode vir a calhar” -----

----- **Ponto 8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.**-----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea a) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.

----- **Ponto 9. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.**-----

----- A AM tomou conhecimento da Declaração alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

----- **Ponto 10. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Ata n.º 88 da Comissão Municipal de Toponímia – Freguesia de Arazede, Freguesia de Seixo e Freguesia de Pereira.**-----

----- A AM tomou conhecimento da Ata n.º 88 da Comissão Municipal de Toponímia – Freguesia de Arazede, Freguesia de Seixo e Freguesia de Pereira. -----

----- **Ponto 11. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2020 e 31/01/2021.**-----

----- A AM tomou conhecimento da Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/12/2020 e 31/01/2021 - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas.-----

----- **Ponto 12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2020 e 31/01/2021.**-----

----- A AM tomou conhecimento da Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/12/2020 e 31/01/2021 - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais.-----

----- **13. Tomada de conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2020.**-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: “Só para dizer que prezo muito o trabalho desta Comissão em favor da proteção das crianças e dos jovens no nosso Concelho, eu própria já fiz parte durante alguns anos. Cheguei a ter doze processos ou mais em simultâneo, sei que é um trabalho muito intenso, eu própria não tinha horário portanto, tudo o que fiz, foi fora do meu horário, entre atendimentos presenciais, elaboração de relatórios, visitas domiciliárias, é um trabalho, em certas alturas, até um pouco extenuante. Permite-nos ver, de facto, a pobreza em que muitas crianças vivem neste concelho e, de facto, é um trabalho de louvar.-----

----- Eu estive a ver os números e dá um total de saídas de 71 processos. Eram 104, porque transitaram de 2019, 42 processos e foram instaurados outros portanto, neste momento são 33 processos que a comissão tem. -----

----- Eu só queria fazer aqui um alerta. É que neste tempo de pandemia efetivamente e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

infelizmente, a violência doméstica não para e, esta comissão, certamente, terá que ter um olhar cada vez mais atento para que situações de risco sejam devidamente tratadas e as crianças e os jovens sejam protegidos, tal como têm feito até aqui.” -----

----- A AM tomou conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Montemor-o-Velho relativo ao ano 2020. -----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 37.º e 53.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2018, na sua atual redação.** -----

----- Verificou-se a existência de público. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Entramos no período de intervenção do público e, nessa circunstância, eu tenho um pedido do cidadão Gil Pinto, que solicitou que entregasse a cada um dos deputados municipais uma pergunta. Ele não pediu para se inscrever, pediu para distribuir esse e-mail.-----

----- Relativamente aos membros que se encontram em videoconferência, ser-lhes-á enviado por e-mail para respeitar o pedido dele relativamente a que distribuísse este e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal no período de intervenção do público. -----

----- Tenho, também, um pedido de inscrição do cidadão Fernando Pereira, em nome do autodenominado Movimento de Cidadãos pela saída dos Municípios de Montemor-o-Velho, Soure e Mira da ABMG.-----

----- Usou da palavra o munícipe Fernando Vítor Ladeira Pereira que disse: “Boa tarde, cumprimento a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho na pessoa do Senhor Presidente, Professor Doutor Fernando Ramos e começava por fazer uma nota prévia:-----

----- A ABMG foi criada com um argumento que seria para aquisição dos fundos comunitários, para a renovação das infraestruturas no caso dos adutores e coletores: adutores para as águas e coletores para o saneamento. Ora bem, o Ministro veio aqui a Montemor, veio a Soure, a Condeixa, Vila Nova de Poiares e o que é que ele disse? Que não era regra os Municípios serem agregados e, portanto, levantou-se aqui o problema que o Movimento já levantou e atrás deste problema veio a questão dos tarifários. Os tarifários foram aumentados na tarifa fixa ou seja, tem a componente variável e, o Senhor Presidente da Câmara tem que se habituar a explicar como deve ser e de acordo com o que está escrito e como todas as pessoas estão a sentir na pele o aumento colossal da água e, portanto, estamos a falar na componente fixa, não é na componente variável. Logicamente que na componente variável, quem consumir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

mais, tem que pagar mais. Eu com isso concordo. Agora não concordo é que uma pessoa que pagava três ou quatro euros, passe a pagar quase quinze euros mais IVA. E mais! Em janeiro, se bem repararam, veio o aumento que é generalizado pela Lei do Governo, que é a taxa dos resíduos urbanos e, portanto, vamos lá a ver uma coisa, há aqui questões que têm que ser explicadas como deve ser. Temos que ser rigorosos nesta matéria. Isto é a primeira nota prévia.

----- Outra nota prévia, é em relação às contratações de ajustes diretos. Ora bem, os ajustes diretos não são muito normais eu andar a comprar carros no facebook. Não é muito normal! Não é muito normal eu fazer três compras na mesma empresa ou no mesmo stand de automóveis a comprar dois carros de manhã, dois carros à tarde e dois carros à noite. Isto não é mentira. Isto está no base.gov. O Senhor Presidente não pode dizer que andamos aqui a fazer ruído com mentiras. Não! Isto está registado e está na Procuradoria-Geral da República e, portanto, quando eu ontem assisti à Assembleia Municipal de Mira e vi o que é que o Presidente Raúl Almeida disse, que é colega do Presidente da Câmara de Montemor, que estão associados na ABMG e, portanto, têm uma agenda e aqui é que eu digo: estes três Presidentes têm uma agenda e decerto não é para beneficiar o cidadão como estamos a ver. Portanto, quem não defende os reais interesses do seu povo, do seu Município, acho que não merece andar a ser candidato nem que fosse a uma Junta de Freguesia ou Associação. -----

----- Vou passar à minha intervenção porque acho que há aqui questões que o Senhor Presidente tem que esclarecer. Começo por dizer o seguinte: fez-se dois ajustes diretos com dois escritórios de advogados diferentes. Em menos de dois meses, gastou-se cerca de 20.000,00€. Não se percebe bem, quando há uma técnica superior que é Jurista dentro da ABMG. Portanto, se há uma técnica superior que é jurista, então para quê contratar dois escritórios de advogados? Isto é uma pergunta. -----

----- Outra questão é em relação às nove pessoas. Eu vou dizer aquilo que me têm aconselhado, porque eu não sou maluco a andar aí nas redes sociais, aquilo que o Senhor Presidente ainda há pouco disse que andam nas redes sociais a falar, ele entende isso como difamação. Não, não é difamação porque, Senhor Presidente, eu faço-lhe só uma pergunta: a Margarida Carvalho estava na sua lista de Vereação, é uma funcionária das nove ou das mais que nove, porque eu já soube hoje que há mais do que nove. Não houve concurso público e, portanto, não sou eu que tenho que explicar isso, é o Senhor Presidente e os seus dois colegas que têm que explicar as contratações e não venham com a Lei 50/2012, porque há uma questão, a Lei 50 aplicava-se se não houvesse o monopólio do negócio e, portanto, como tem o monopólio do negócio, é claro que se os capitais são públicos, o negócio é monopolizado pelos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

3 Municípios e os clientes são dos 3 Municípios e, portanto, essa lei não se aplica, Senhor Presidente e, se tem dúvidas peça um Parecer ou então, aguarde a resposta da Procuradoria, porque senão não tinham aberto um processo-crime ou também, o Ministério Público abre um processo-crime, só porque sim? É que eu fiz uma exposição, eu simplesmente relatei alguns factos, eles abriram um processo-crime, não fui eu que o fiz. -----

----- Tenho aqui mais uma questão para dizer. Há aqui questões dos nove admitidos que não se compreende bem, eu já dei um exemplo de Montemor, mas podia dar outros de Soure, podia dar outros de Mira mas, isso não é importante. O que é importante para o Movimento é perceber duas coisas. Os princípios básicos em que foi fundamentada a criação da ABMG não se realizaram. Houve um aumento exponencial de 50.000,00€ por cada Município/mês, façam as contas aos trabalhadores, temos 45 na ABMG atualmente, portanto, é fazer contas. Eu pergunto, se nós com o nosso Município e, eu falo para Montemor porque Montemor, quer dizer, entra com 2.000.000,00€ em Capital Social, então mas o Município de Montemor, vale igual ao Município de Mira e de Soure que tem menos habitantes, que tem menos Etar's, que tem menos adutores? Que raio de contas é que se faz a isto? Reparem e, não é só Montemor, ou Mira ou Soure, que está a discutir isto. Isto é de âmbito nacional e eu alerto para os deputados municipais, quando aprovam coisas, sem saber ler, nem escrever e, desculpem este termo, pensem que isto é um âmbito nacional, isto é as nossas vidas, as dos nossos filhos e dos futuros que venham aí, porque se não lutarmos agora, vamos abrir a porta à privatização da água, eu não estou a dizer que a água está privatizada, estamos a abrir uma porta. Vejam que começou, mesmo em período de Pandemia, a ser negociada a água na Bolsa de Wall Street e deixo só este alerta para que todos reflitam, antes de votar qualquer proposta por sindicância ou indicância ou de um Presidente de Câmara ou de um colega de bancada. Eu também já fui deputado municipal e digo-vos mais, ainda ontem fui acusado de ser do Partido Socialista. Sou, com muito orgulho! Mas não me revejo nas práticas que alguns membros que dizem ser do Partido Socialista, só porque têm um cartão de militante, têm feito. Envergonho-me! Como eu, como António Costa, como outros tantos militantes do Partido Socialista deputados.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Muito obrigado, Senhor Fernando Pereira. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Muito boa tarde, dar nota que o cidadão em causa afirmou que tinha participado estes factos ao Ministério Público, é um direito que lhe assiste. Também dizer que fez aqui afirmações muito graves, ofensivas da minha honra e dignidade, pelo que também me reservo o direito de assegurar a defesa desses mesmos valores que eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão ordinária de 2021, fevereiro, 26

preconizo para a minha vida pessoal, pelo que remeterei as minhas respostas para o local próprio, que é o Ministério Público, junto do Tribunal, para dar os esclarecimentos que me forem solicitados junto do Tribunal. Este é um fórum público, de discussão pública de política e que eu, no momento certo, aqui prestei os esclarecimentos aos membros deste órgão. Não tenho que o fazer quando, efetivamente, as pessoas transferem a discussão para o Tribunal, como este cidadão o afirmou, é um direito que me assiste, responderei em Tribunal a todas as acusações que foram feitas e peço, também à Assembleia, cópia autenticada e o suporte multimédia desta intervenção, para os fins que eu entender por convenientes, na defesa do meu bom nome e da minha honra.” -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Solicito à AM a aprovação das deliberações tomadas em minuta, para que possam ter efeito imediato.” -----

----- As deliberações foram aprovadas em minuta. -----

----- “Antes de encerrar a reunião, agradecer a todos a forma como a reunião decorreu, quer aqui, quer por videoconferência. Quero ainda dizer-vos o seguinte, porque tenho que o dizer:

----- Primeiro – Não hoje mas, quando tive que vos enviar aquilo que o meu colega de Soure me pediu para enviar, me senti num momento mau da Política. Não falo do resto porque a política deve-se fazer com elevação. -----

----- Segundo – Eu sei que às vezes, o Senhor Presidente da Câmara não gosta mas, Senhora Dr.ª Ana Cristina Jorge, quando for para defender a Educação e a causa que apresentou hoje aqui, que nunca mas, nunca, a voz lhe doa. -----

----- Está encerrada a Assembleia.”-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Telma Margarida Neves Simões

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Joaquim António Graça Rainho